



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)  
CAMPUS POETA TORQUATO NETO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Lucilene do Nascimento Gomes Lúcio**

**O PERCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PIAUÍ: LUTAS E DESAFIOS  
PARA ALCANÇAR UM ENSINO DE QUALIDADE.**

**TERESINA - PI**

**2025**

Lucilene do Nascimento Gomes Lúcio

**O PERCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PIAUÍ: LUTAS E DESAFIOS  
PARA ALCANÇAR UM ENSINO DE QUALIDADE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto. Sob orientação do Prof. Dr. Antonio Mauren Vaz Verçosa de Melo.

**TERESINA – PI  
2025**

Lucilene do Nascimento Gomes Lúcio

**O PERCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PIAUÍ: LUTAS E DESAFIOS  
PARA ALCANÇAR UM ENSINO DE QUALIDADE.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo, para avaliação da disciplina de Monografia II.

Aprovado em: / /2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Maurení Vaz de Verçosa de Melo  
Orientador - UESPI

---

Membro

---

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois sem Ele eu não teria conseguido concluir essa etapa da minha vida. Ele me deu forças nos momentos difíceis que passei enquanto realizava a pesquisa. Toda honra e Glória a Deus.

Agradeço aos meus pais, Maria Carvalho e Luiz Gonzaga, por serem luz na minha vida, por me amarem e me apoiarem incondicionalmente. Pela criação e incentivo em lutar por meus objetivos. Amo vocês.

Ao presente que Deus me deu que eu mais amo, minha bebê Maria Luíza, filha, você foi a minha maior motivação para chegar até aqui. Sua presença e seu sorriso fazem os meus dias mais felizes. Te amo.

Agradeço em especial ao professor Antônio Maureni, Deus colocou alguém competente e compreensível para me auxiliar nessa jornada. Obrigada pela empatia, amizade, humanidade. Que você continue fazendo esse papel de professor com excelência.

## **RESUMO**

Esta pesquisa está voltada à análise da Educação Rural no Piauí, procurando melhor compreender em qual contexto o ensino deste Estado irá se desenvolver, quais as barreiras encontradas, quais as vitórias alcançadas em cada período. No início da pesquisa, antes de adentrar ao tema do Estado do Piauí em específico, é feita uma abordagem da Educação Rural em um contexto nacional, procurando entender como se desenrolou o ensino rural no País, quais regiões se destacaram, que tiveram um movimento de desenvolvimento mais lento. Igualmente, é necessário destacar as Leis relacionadas à educação rural, as quais impulsionaram estas conquistas. Os programas criados com o fim de desenvolver as escolas e o ensino ofertado nas mesmas. Trago também a nova abordagem de ensino proposta para os habitantes das zonas rurais, a qual é a educação do campo. Um novo modelo de ensino para os sujeitos que residem nas zonas rurais, o qual traz uma metodologia e práticas em seu currículo que alteram completamente o objetivo do ensino direcionado aos povos do campo.

**Palavras-chave:** Educação Rural; Piauí; Brasil; Programas; Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This research focuses on analyzing rural education in Piauí, seeking to better understand the context in which education in this state will develop, the barriers encountered, and the victories achieved in each period. At the beginning of the research, before delving specifically into the state of Piauí, the study examines rural education within a national context, seeking to understand how rural education unfolded in the country, which regions excelled, and which experienced slower development. Likewise, it is important to highlight the laws related to rural education that drove these achievements, as well as the programs created to develop schools and the education offered within them. I also address the new teaching approach proposed for rural residents: rural education. This new teaching model for rural residents incorporates a methodology and practices into its curriculum that completely alter the objective of education aimed at rural communities.

**Keywords:** rural education; Piauí; Brazil; *Programs; Development*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Uma fantasia diferente.....	9
Imagem 2 – Escola Bernado Sabino – Piauí.....	13
Imagem 3 – Cursos do Pronerapor município de realização (1998-2011) .....	17
Imagem 4 – Jornal O Dia — Criação de Secretarias Municipais.....	30
Imagem 5 – Preocupação com o meio rural.....	31
Imagem 6 – Escola Isolada de Brasileira — Piripiri.....	35
Imagem 7 – Grupo Rural Amarante.....	36
Imagem 8 – Unidade Escolar Paulo Freire.....	41
Imagem 9- Unidade Escolar Lucas Meireles.....	43
Imagem 10- Primeiras instalações da U. E. Lucas Meireles - sala de aula da EJA ano de 2011.....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, por categoria de rendimento real e situação de domicílio — Brasil e Regiões Geográficas — 2004.....	20
Tabela 2 - Número médio de estudos da população de 15 anos ou mais — Brasil e Grandes Regiões — /2004.....	2001 20
Tabela 3 - Percentual de Matrículas e Infraestrutura do Ensino Fundamental por localização — Brasil — 2002/2005.....	21
Tabela 4 - Taxa de docentes por grau de formação segundo o nível de atuação e localização — Brasil — 2002/2005.....	21
Tabela 5 - Salário médio dos Professores por localização — Brasil 2003.....	23
Tabela 6 - Série histórica: População Geral e por localização do Brasil e do Piauí.....	27
Tabela 7 - Ações da educação do campo no Piauí.....	38
Tabela 8 - Número de Escolas que ofertam Educação Básica na zona rural no Piauí nas redes de Ensino Municipal e Estadual.....	40



## **LISTA DE SIGLAS**

CRF – Casas Familiares Rurais

EDURURAL - Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste

EFA – Escola Família Agrícola

EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PNERA – Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária

Polonordeste – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PQRA – Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária

Procampo – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura do Campo.

Promunicípio – Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal

Pronasec – Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária Rural

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SM – Salário-Mínimo

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNB – Universidade de Brasília

Unesco – Organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. EDUCAÇÃO DO RURAL PARA O CAMPO .....</b>	<b>5</b>
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL.....	5
2.2 MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	12
<b>3. EDUCAÇÃO RURAL NO PIAUÍ .....</b>	<b>24</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA ZONA RURAL DO PIAUÍ. ....	25
3.2 ESCOLAS DO CAMPO NO PIAUÍ.....	37
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa tem por título *O percurso da educação do campo no Piauí: Lutas e desafios para alcançar um ensino de qualidade*. O que me incentivou a escolha dessa temática foram os meus pais, os quais são oriundos do interior do Piauí, viveram na zona rural até a década de 90, e como muitos piauienses, não tiveram acesso a um ensino competente por conta das inúmeras dificuldades que permearam o meio rural. Então, decidi por esta pesquisa para conhecer melhor o contexto que eles vivenciaram, bem como o porquê a política educacional não ter um desenvolvimento/sucesso nesse ambiente em que vivem milhares de pessoas.

Além disso, atualmente resido em um povoado rural e é possível notar as diferenças entre as escolas da região e as escolas da cidade, como a estrutura, o número de alunos, a evasão escolar, a falta de oferta de ensino técnico e a perspectiva desfavorável em relação ao ensino destas escolas, segundo alguns moradores do bairro. Ao concluírem o Ensino Fundamental, os alunos que vão para a escola estadual do bairro são poucos, a grande maioria se matricula nas escolas urbanas.

A luta por uma educação rural de qualidade no Brasil vem sendo palco de uma série de embates. Desde o período Colonial, em que somente as elites tinham acesso ao ensino, os indivíduos que não faziam parte deste grupo eram submetidos a uma vida sem o conhecimento completo proporcionado pela educação, não por vontade própria, mas visto, o contexto de desigualdades no país, isso não foi permitido. Dada a largada nessa estrutura de desigualdade, ela foi se consolidando cada vez mais, os que tinham bens e estudos se tornaram os donos de inúmeras terras, ingressaram nas universidades, desta forma conseguiam cargos públicos, entravam para a política, dentre outros privilégios. Quanto aos menos afortunados, o que lhes restou? Servir a estes, trabalharem em algo que gerava mais riqueza para a elite. Isso aconteceu há muitos anos, apesar de muitas lutas e mudanças, é notável que esta estrutura de desigualdade ainda se mantenha. No contexto educacional, como se deu a continuidade após o período Colonial daqueles que não tinham acesso à educação?

Durante o Império, por algum tempo somente a aristocracia tinha acesso a mestres de ensino. Durante esse período, as escolas funcionavam na casa dos professores, ou então estes iam à casa dos alunos. A partir da década de 20 e 30, os debates a respeito de uma educação mais abrangente, como um direito de todos, vão ganhar repercussão e até lei, o que alavancou os projetos educacionais com esse fim. Começaram a ser criadas escolas públicas nas cidades, desta forma o ensino público foi se propagando. Este cenário que acabei de citar, passou por

um processo, pois as escolas públicas da zona urbana passaram por muitas dificuldades até se consolidarem, e ainda passam por muitos obstáculos na atualidade, mas que até certo ponto encontraram um currículo educacional que tem lhes permitido alcançar alguns dos seus objetivos. Na zona rural, contudo, o processo de estabelecimento de escolas públicas aconteceu de forma mais lenta, pelo fato de serem localidades que recebem menos investimentos financeiros, pelos inúmeros obstáculos a enfrentar, como questões elétricas, água, dentre outros.

Um acontecimento que tornou ainda mais dificultoso o desenvolvimento das escolas rurais foi o êxodo rural, que se intensificou nas décadas de 70 e 80 com a Revolução Industrial, mas o que significa isso? Foi um processo migratório, que ocorreu pelo fato de as pessoas abandonarem o campo para a cidade. Estas deixavam a roça em busca de emprego e melhores condições de vida proporcionadas pela cidade. Logo, com a saída destes sujeitos do campo o número de habitantes foi diminuindo cada vez mais, se mesmo com a maioria da população vivendo nas zonas rurais até a década de 90 o governo não havia colocado de fato em prática projetos educacionais até o final da década de 70, o que seria agora desta educação com os campos esvaziando?

Nesse ínterim, o governo iniciará uma busca por elevar o Brasil a posição de país desenvolvido, pois ele estava na lista dos subdesenvolvidos? Logo, o que poderia estar atrapalhando a sua elevação? A educação foi um dos tópicos na qual o país apresentou resultados negativos, principalmente na educação nas áreas rurais. A região nordeste, que era e ainda é uma das menos desenvolvidas economicamente do Brasil, foi palco de uma série de medidas adotadas pelo governo para procurar amenizar a situação de subdesenvolvimento que estava afetando o mesmo. Dessa forma, o governo irá criar programas para o nordeste buscando a melhoria do ensino nesta região, contudo, nem todas as escolas participaram destes projetos. Apesar de algumas melhorias trazidas por estes programas, estas instituições de ensino ainda continuaram com muitas dificuldades.

Surgirá então Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), os quais lutam pela redistribuição de terras de forma igualitária e por ocupação de terras de grandes latifundiários que não estão em produtividade. Um dos locais em que estes sujeitos vivem é nos assentamentos, sendo onde os componentes deste movimento se estabelecem. Eles darão o pontapé inicial por lutar por uma nova forma de ensino para os cidadãos que habitam no campo, defendendo um novo projeto de educação diferentemente do que é aplicado nas escolas da zona urbana. A partir daí, a educação ofertada nas escolas do campo iniciará um

novo embate e mudança de paradigma. Para apoiar este novo modelo de ensino, serão criados alguns programas, dos quais se destacam o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA) que visa melhorar o índice de educação, e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Por meio da pesquisa, é possível verificar que as primeiras escolas do Piauí possuíam uma estrutura bem simples, estas muitas vezes funcionavam em galpões de fazendas, ou estruturas diversas, mas sempre marcas do improviso, debaixo de árvores, com bancos e quadros que não eram apropriados. O dinheiro que vinha do governo não dava para sanar todas as necessidades destas escolas. Os professores foram grandes heróis, em muitos casos estes usavam suas próprias casas para ensinar os alunos. Outro fator de desânimo destes mestres era o salário, pois apesar de passarem por maiores dificuldades, o valor era menor que o pago aos professores das cidades. As escolas do campo analisadas pela pesquisa possuem uma estrutura mais bem comparada às do passado, contudo, a nova proposta de ensino solicitada pelo movimento da educação do campo não está conseguindo ser colocada em prática, muitos são os obstáculos que esta educação tem encontrado.

Esta pesquisa parte da seguinte problematização: Como foi o funcionamento da educação rural no Piauí? Após o movimento da educação do campo, houve alterações no ensino direcionado a estas escolas? A partir destas perguntas, este trabalho tem os seguintes objetivos: identificar as dificuldades que assolavam a educação rural; verificar os programas criados para desenvolver o Estado, seus objetivos e realizações; conhecer quais foram as primeiras iniciativas da educação do campo no Piauí e a realidade das escolas. A pesquisa possui abordagem qualitativa, recorrendo a documentos, leis, imagens, entrevistas. Igualmente, foi adicionada revisão bibliográfica para melhor compreender o contexto e as ideias dos principais teóricos do tema.

Uma das dificuldades encontradas na pesquisa foi a escassez de algumas informações referentes ao tema, como, por exemplo, a parte da educação do campo no Piauí possui poucas informações de como ocorre na prática, principalmente em relação ao Ensino Fundamental. Este fato se deve principalmente por se tratar de um estudo que é novo, surgindo já no final da década de 90, contudo no Piauí só ganhou mais notoriedade a partir do final do ano de 2012, quando a Universidade Federal do Piauí (UFPI) adiciona em sua oferta de cursos as licenciaturas do campo, as quais preparam os professores para atuarem em escolas rurais.

No primeiro capítulo do trabalho, trago o tema em um contexto geral do País, fazendo uma análise historiográfica da educação rural no Brasil, as principais ideias, objetivos e leis

criadas para este contexto educacional, bem como identificar as principais dificuldades que estiveram presentes. No segundo subtópico, falarei sobre o movimento por uma educação do campo, que é uma nova perspectiva de ensino direcionada aos camponeses, quais seus objetivos, no que essa nova metodologia de ensino se difere da que foi direcionada às escolas rurais do passado.

No segundo capítulo a pesquisa se voltará especificamente para o Estado do Piauí, será abordada a busca pelo desenvolvimento educacional por parte do governo federal, formando vínculo com estados, municípios, entidades privadas e internacionais, com o viés de execução dos programas criados para a melhoria das escolas rurais. Ademais, serão utilizados leis, decretos, cartas governamentais, dados da secretaria de educação, para analisar as propostas e ações destes programas no estado do Piauí. Na segunda parte deste capítulo tratei de informações referente às primeiras ações do novo projeto de educação do campo para o Estado do Piauí. Quais as conquistas alcançadas, bem como as dificuldades encontradas para a prática deste projeto.

## 2. EDUCAÇÃO DO RURAL PARA O CAMPO

A educação presente na zona rural a princípio foi privilégio somente da elite, o ensino não era disponibilizado aos sujeitos que não tinham condições de arcar com os altos custos de contratar professores. Com o decorrer do tempo o ensino foi se expandido a uma camada maior da sociedade, principalmente com a lei de 15 de outubro de 1827 sancionada por Dom Pedro I, que instituía o Ensino Primário. Para buscar melhorias para a educação da zona rural, serão criadas uma série de leis, programas, com o intuito de diminuir a disparidade que existia entre as escolas deste ambiente e as da zona urbana, das quais possuíam melhores índices. A situação ficara mais agravante ainda para o campo com o êxodo rural.

### 2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

A educação rural no Brasil tem se construído ao longo dos anos como um processo lento, repleto de complexidades e dificuldades. Mas afinal, o que é a educação rural? Para responder essa pergunta, é necessário compreender quem é o sujeito a quem essa educação é destinada. Segundo Marlene Ribeiro,<sup>1</sup> trata-se dos camponeses, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho. Ou seja, o ensino rural é em sua maioria direcionado às pessoas que estão em uma posição de maior vulnerabilidade econômico, social e cultural.

Basta analisar as dificuldades que permeiam as escolas destinadas a esse público, como: problemas no saneamento básico, falta de materiais e equipamentos, deficiência nos transportes de alunos, alta taxa de evasão escolar e repetência, professores com baixos salários, crianças que trabalham para auxiliar na renda familiar, dentre outros. No Brasil, no início do século XX a educação rural ganhará destaque nas discussões políticas nacionais, conforme afirma Caroline Nascimento e César Castro:

Apesar das tentativas de se discutir a educação rural a partir da década de 1930, medidas efetivas somente foram tomadas nas décadas seguintes,

---

<sup>1</sup>RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural**. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 295.

durante o processo de “modernização” da atividade agrícola, visto que uma educação específica para esse fim fazia-se imperiosa<sup>2</sup>.

Nesse ínterim, surgirá o ruralismo pedagógico<sup>3</sup>, que foi um movimento desenvolvido por intelectuais que tinha como incumbência a fixação do trabalhador rural no campo, fazendo o que fosse necessário para que este não deixasse esse habitat.

Para que houvesse êxito nesse objetivo, os pedagogos ruralistas irão apontar a necessidade de um currículo escolar que estivesse voltado às necessidades do homem do campo, conhecimentos voltados para a agricultura, pecuária e outras atividades e necessidades presentes no seu dia a dia<sup>4</sup>. Ainda sobre essa pedagogia rural, Adonia Prado, afirma o seguinte:

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional.<sup>5</sup>

Para ter êxito nesses interesses, o governo federal resolve criar as escolas normais rurais, onde elas deveriam profissionalizar os professores para serem atuantes no meio rural e oferecerem um ensino adequado aos povos do campo. Contudo, os governos estaduais não seguiram as instruções federais de criarem as escolas normais rurais, consideraram mais fácil os professores se formarem nas escolas normais que já existiam, e como complemento, estes fariam um curso de três a quatro meses voltado para os conhecimentos do campo<sup>6</sup>. Como um curso de pouco tempo irá ensinar e preparar esses educadores a lidarem com a vivência singular e diferenciada dos povos do campo?

---

<sup>2</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural: Diferenciais entre o rural e o urbano**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2021.p. 9.

<sup>3</sup> O ruralismo pedagógico é uma prática criada com o objetivo de “fixação” do homem no campo, devido há vários fatores dentre eles o êxodo rural, com o ideário de que o Brasil era um país agrícola, instituindo assim um ideal de escola normal rural.

<sup>4</sup> NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Minas Gerais. Navegando Publicações, 2016. p. 18.

<sup>5</sup>PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1995. p. 6.

<sup>6</sup> NETO, Luiz Bezerra. 2016. *loc.cit*.p.18.



De fato, os professores que iam ao campo não estavam familiarizados com a cultura dos camponeses, segundo Arroyo <sup>7</sup> estes serviam como um instrumento perverso de inculcação da cultura urbano-industrial sobre o homem do campo, e que, os conteúdos curriculares por serem urbanos poluiriam a pureza da cultura rural. Será que a educação só traria resultados satisfatórios se os seus interesses estivessem em consonância com os ideais capitalistas da cidade? Será que as pessoas que moram no ambiente rural não precisam de Educação sistemática e plural? Neste contexto, estarão em alta as ideias nacionalistas no campo político, social e em especial na educação.

Dessa forma, no que diz respeito à educação do campo, haverá uma feroz defesa do nacionalismo<sup>8</sup>, o qual em seu objetivo procurará manter uma posição de país agrícola, haverá então uma luta contra o processo de industrialização dependente do Brasil a qual estava em avanço devido ao crescimento urbano-industrial. Segundo Carneiro Leão, um dos intelectuais e defensores da fixação do homem no campo, este representava:

A reserva legítima da nacionalidade, o elemento decisivo na obra de nacionalização, o zelador cioso das tradições, o guarda vigilante do sentimento conservador de nossos maiores, ante o espírito não raro dissolvente das cidades cosmopolitas<sup>9</sup>.

Logo, a luta por essa ruralização educacional era um grande sinônimo de patriotismo brasileiro. Raimundo Pastor defenderá não somente a fixação do homem no campo, mas também a do professor. Para ele, a figura do mestre não deveria ser temporária ou com rotatividade, pois isso atrapalharia o aproveitamento dos estudos; pelo contrário, a roça deveria ser seu habitat. Este afirmava que:

[...] a estabilidade do mestre no meio agrário, e de preferência na mesma escola, é fator de suma importância para o bom resultado do ensino. O maior câncer, além da ignorância do homem da roça, com que a escola tem lutado, é a passagem por ela do professor como um meteoro, que não lhe assegura certa continuidade de ação e trabalho. O mestre entra como um estranho e sai como um desconhecido, sem nada conhecer da vida do meio para onde

---

<sup>7</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. p. 21. *apud.*, ARROYO, M. G. **Escola, cidadania e participação no campo**. Brasília: Em aberto, setembro, 1982.

<sup>8</sup> O nacionalismo pode ser entendido como um movimento político que defende os interesses da nação, estabelecendo que um grupo (nação) tem a soberania sobre um território (Estado). Nesse sentido, ele pode se enquadrar como um movimento que busca ressaltar as qualidades históricas e culturais de um povo, exaltando esses valores, bem como pode ser definido como um movimento em que uma nação luta por sua autodeterminação. Dentro desse conceito é comum haver uma valorização excessiva com os símbolos nacionais, como uma bandeira ou um hino nacional, assim como a valorização de valores e tradições da cultura de um povo. O nacionalismo também procura traçar uma origem histórica em comum para a nação, associando mitos de origem às tradições nacionais. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/nacionalismo.htm>.

<sup>9</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. *apud.*, p. 23. LEÃO, Antônio Carneiro. **A sociedade rural, seus problemas e sua educação**. Editora sa A. Noite, 1939.

foi levado a atuar, e o que é pior ainda, sem apresentar um resultado que seja percebido e apreciado pela população servida pela escola<sup>10</sup>.

Indubitavelmente, no ruralismo pedagógico havia uma grande pressão e perspectiva na figura do professor, no sentido de que ele deveria ser a chave principal em manter o homem no campo, sem, contudo, melhorar as condições da vida neste ambiente. Contudo, este papel cabia ao estado, o de trazer crescimento ao campo, fazendo o homem ter o que necessita para uma boa sobrevivência. Todavia, tiravam essa responsabilidade de se preocupar em como o manter ali do Estado e a lançavam no professor. Sud Mennucci, um dos grandes educadores defensores do ruralismo pedagógico, afirma que essa luta em prol da educação rural é “de ontem”, porque representava uma novidade nas rodas pedagógicas, pois por trinta anos de república no Brasil a educação do campo havia ficado abandonada<sup>11</sup>.

Ademais, um dos pontos que eram cobrados dos ruralistas era a questão do salário do professor rural, o qual era sempre menor que o que era pago aos que habitavam na zona urbana, apesar de estes usufruírem de melhores condições de trabalho, além de trabalharem e residirem na cidade. Defendiam também que a zona rural deveria ter seu próprio orçamento específico no Estado, e não funcionar como escolas agregadas, mas sim independentes das escolas urbanas.

Apesar de todas as tentativas de segurar o homem no campo, as atrações da cidade rapidamente o encantavam como afirma Erotides Fonseca, que estes ao conseguirem um emprego começavam a “a viver sob a luz elétrica, viajar em trem ou no ônibus, ir ao cinema ou passear no jardim, ouvindo uma banda de música que lhe dá momentos de alegria. Vê que, embora continuando pobre, sua vida na cidade é melhor do que na roça”<sup>12</sup>.

Havia uma ideia fortemente difundida do grande antagonismo entre campo e cidade. Segue uma estrofe do poema chamado “Cante lá que eu canto cá” do poeta Patativa do Assaré, em sua produção sobre o Nordeste:

Poeta, cantor de rua, que na cidade nasceu, cante a cidade que é sua, que eu canto o sertão que é meu. Se aí você teve estudo, aqui Deus me ensinou tudo, sem livro precisá, por favô não mêxa aqui, que eu também não mexo aí, cante lá, que eu canto cá. [...] Você é muito ditoso, sabe lê, sabe escrever, pois vá cantando o seu gozoque eu canto meu aparece, enquanto a felicidade,

<sup>10</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. *apud.* p. 32. PASTOR, R. **O professor Rural**. In: **Revista De Educação**, jul./dez. v. XXX n. 40 e 41 Secretaria da Educação e Saúde Pública: Departamento de Educação, São Paulo: 1943.

<sup>11</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. p. 47. *apud.*, Mennucci, S. **Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo. (1892-1935)** São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1935.

<sup>12</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. p. 46. *apud.*, Fonseca, E. V. **Educação Rural: contribuição para o IV Congresso Normalista de Educação Rural**, São Carlos: 1951.

você canta na cidade, cá no sertão eu enfrento, a fome, a dor e a miséria, pra sê poeta deveria, precisa tê sofrimento [sic] <sup>13</sup>.

Nestes trechos, é possível verificar que as oportunidades de acesso ao ensino, à leitura e escrita são ligadas diretamente aos habitantes da cidade, enquanto aos habitantes do campo cabia enfrentar fome, dor e a miséria. Contudo, já existiam escolas no meio rural neste período, todavia, em uma quantidade bem reduzida, estruturas precárias, atrelado a estes fatores, a realidade de que muitos jovens e crianças não iam às escolas, para ajudarem seus pais na roça, buscando garantir o sustento da família. O que, diante destes e outros fatos, dificultava o acesso à educação nas escolas da zona rural.

Segundo Marli Clementino (2015), essemodo de olhar para a cidade e campo como opostos, foi divulgado de diferentes formas:

Seja em cordel, em jornais, em romances, nas discussões acadêmicas e até nos gibis, foi se consolidando uma hierarquia e se estabelecendo diferenças valorativas entre o rural e o urbano, sendo esse último o lugar privilegiado do desenvolvimento<sup>14</sup>.

O personagem Chico Bento, criado por Maurício de Souza na década de 1960, é uma construção de um tipo de pessoa que vive no meio rural, pela sua forma de falar, de vestir, atitudes, possuindo atributos que se assemelham aos habitantes do campo. Nas estórias deste personagem é comum a ligação ao ambiente em que vive, o campo, como sendo um lugar de sossego, trabalho pesado e do não acesso ao progresso e desenvolvimento. Na tirinha a seguir, Chico Bento brinca com sua condição de caipira, ao afirmar que sua forma de ser se trata de uma fantasia.

**Imagem 1<sup>15</sup>:** Uma fantasia diferente.

<sup>13</sup>ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um trovador nordestino**. 8ª ed., Petrópolis: Vozes/Crato: Fundação Pe. Ibiapina, 1992.

<sup>14</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. “Eu era professora, era catequista, era enfermeira, eu era tudo!”: A profissão docente no meio rural piauiense (1971-1989)”. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI, 2015. p. 33.

<sup>15</sup> SOUZA, Maurício. **Chico Bento 50 anos**. n.1. Editora Panini, 2012. Disponível em: <https://mundohq.com.br/cascao-e-chico-50-anos/>. Acesso em: 14 de jun. 2025.



A Constituição de 1934 vigorou somente por três anos e logo foi substituída em 1937 por outra durante o golpe do estado novo. Vários direitos obtidos anteriormente naquela foram retirados pelo autoritarismo dos que estavam no poder. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, com a volta do período democrático, a nova constituição de 1946 trazia consigo alguns direitos que haviam sido perdidos anteriormente.

No que diz respeito ao ensino rural, o Estado transferiu aos empresários agrícolas, a responsabilidade de disponibilizar e facilitar o acesso à educação aos povos campestres ao afirmar que “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e filhos destes”<sup>19</sup>.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB)<sup>20</sup> foi aprovada no dia 21 de dezembro de 1961, somente treze anos depois na Lei 4024, com predomínio de ideias conservadoras. Em relação ao ensino rural, a lei traz alguns artigos. No artigo 32, se refere à facilitação do ensino, pois os proprietários rurais deveriam manter escolas primárias para as crianças que moravam em suas terras ou então possibilitar a frequência destas nas escolas próximas. O artigo 105, definia o poder público como responsável por amparar serviços e entidades que mantivessem escolas na zona rural.

Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais<sup>21</sup>.

Diante destas cartas constitucionais, verifica-se que, com o passar dos anos, houve uma maior preocupação com a educação rural, contudo, a promulgação de leis esteve longe de sanar os reais problemas e dificuldades que envolviam esta educação e os problemas sociais dos habitantes dessas comunidades. Apesar de embates e lutas por uma mudança nesta

---

<sup>19</sup>BRASIL, Constituição Federal (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, RJ. Artigo 168, § III. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 14 de jun. 2025.

<sup>20</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, da educação básica ao ensino superior. A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Disponível em: <https://meuartigo.br/brasilescola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>.

<sup>21</sup>BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Contendo as Leis Federais 9.394/1996 e Lei no 4.024/1961. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Título II - Art. 5º. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_led.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf). Acesso em: 14 jun. 2025.

educação, por um ensino que se volte de fato à realidade vivenciada por estas pessoas que habitam o campo, lutas como estas só irão de fato ganhar maior força com os movimentos sociais do campo, que surgirão na década de 60, mas que devido à ditadura civil militar terão suas lutas silenciadas por um espaço de tempo. Com a volta da democracia e consequentemente das lutas dos povos do campo, o governo criará então programas e projetos direcionados a esta educação, a qual passará por uma expansão, criação de pastas governamentais direcionadas à sua especificidade.

## 2.2 MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A “paz de cemitério” foi o nome dado ao período que se estabeleceu durante o golpe militar, pelo tempo que a democracia foi retirada, e o grito das minorias na busca pelos seus direitos foi silenciado. O Movimento Sem Terra (MST) foi o principal movimento que lutou pelos direitos dos povos do campo. Sobre o nascimento do MST, Luiz Neto (2016) traz a seguinte informação:

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul do país. Naquele momento, final dos anos setenta, houve grande aumento na concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e empresas rurais, culminando com a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização por que passava a agricultura, ocasionando um longo período de crise no campo, agravada pela falência do processo de colonização implementado pelo regime militar<sup>22</sup>.

O Movimento Sem Terra, luta pela reforma agrária<sup>23</sup>, este movimento acreditava que a “redistribuição de terras” ociosas para a massa das pessoas que não tinham a mesma, seria o melhor jeito de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e dividir melhor a renda do país. Os movimentos sociais, em suas lutas pelo direito dos cidadãos do campo, tornaram essa sociedade mais ciente de suas necessidades e mais unidas quanto a lutarem pelo que acreditam ser seu por direito. Daí a insistência na luta pela manutenção do homem no campo, mediante uma Reforma Agrária que distribua a propriedade da terra<sup>24</sup>. Ainda segundo Lucineide Barros:

A Educação do Campo, em sua base de origem, é uma construção formada na experiência dos movimentos sociais em luta pela reforma agrária, que a

<sup>22</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016.*loc.cit.*, p.120.

<sup>23</sup>A reforma agrária é o conjunto de ações e medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando os regimes de uso e propriedade, a fim de garantir que a maioria das terras agricultáveis estejam nas mãos de uma quantidade correspondente de trabalhadores rurais.

<sup>24</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2026. *op.cit.*, p. 120

partir de processos não escolares conformaram uma proposta de política pública, de formação integral de amplo alcance, envolvendo a escola, sob a responsabilidade do Estado, na qual se articulam sistemicamente as especificidades do Campo e dos Camponeses a um projeto de sociedade não-capitalista<sup>25</sup>.

Nos momentos que se seguiram após a ditadura no Brasil e de lutas por determinado patamar de liberdades democráticas, os movimentos sociais reivindicaram novamente a educação escolar como direito, vinculada a um projeto democrático de sociedade. Dessa forma, para que este fenômeno cresça, é necessário que os movimentos sociais participem ativamente dessa luta por uma educação ressignificada, que valorize sua cultura e crie táticas pedagógicas que se adéquem à realidade dos trabalhadores camponeses.

Na imagem a seguir, é possível verificar a frágil estrutura física da escola Bernado Sabino, localizada no assentamento Palmares, no município de Luzilândia, no Norte do Piauí. Pode-se notar que é uma escola simples, bem como seus objetos, quadro, mesas, cadeiras. No telhado pode-se verificar uma bandeira vermelha que é a representação do Movimento Sem Terra. Apesar da simplicidade desta escola, alguns assentamentos não possuem nem uma escola como esta, o que nos mostra a fragilidade e necessidade de melhoria na educação que é destinada aos povos do campo.

**Imagem 2**<sup>26</sup>: Escola Bernado Sabino – Piauí.

---

<sup>25</sup>MEDEIROS, Lucineide Barros. **Educação do campo e política educacional brasileira**. Revista **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n. 2, p. 195-219, jul./dez. 2014. p. 196. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/inde>. Acesso em: 14 jun. 2025.

<sup>26</sup> MOREIRA, Anelize; Brasil de Fato. **O Brasil perderá suas escolas rurais?** Outras Mídias, 26 de março, 2019. Crise Brasileira. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-brasil-perdera-suas-escolas-rurais/>. Acesso em: 14 jun. 2025.





Nas últimas décadas, a questão educacional tem sido uma das pautas a que a população campesina tem se empenhado para haver uma modificação no modelo de educação que era direcionado a estas. Diante da pressão causada por esta população, o Estado desenvolveu políticas públicas específicas para o campo, de modo que as referidas práticas educativas fossem ampliadas e reconhecidas pela sociedade.

Com a instituição da Constituição de 1988 a qual trazia em si a educação como um direito de todos, há um fortalecimento na luta por uma educação que tivesse em si a singularidade pertencente aos povos que habitam o campo, a educação já era de fato um direito, mas agora eles a queriam lapidada e com foco do aprendizado ensino direcionados a uma cultura diferente. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), são aprovados direitos educacionais bastante significativos, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira na promoção da educação para todos, respeitando as singularidades culturais e regionais, e o reconhecimento e a singularidade do campo são defendidos. Esta lei, em seu Artigo 28, estabelece as seguintes normas para educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. Conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário



escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;III. “Adequação à natureza do trabalho na zona rural”<sup>27</sup>.

A referida LDB constitui-se em um marco muito importante na história dos povos do campo, pois carrega em si valores que são essenciais conforme a vivência destes povos e perante as pautas que se verificam em suas lutas. Aspectos como um conteúdo curricular adequado as suas necessidades, e um calendário escolar que encaixe com as fases do ciclo agrícola, são um grande salto em reconhecer aspectos tão intrínsecos inerentes a essa comunidade. Todavia, apesar de tais reconhecimentos, estes aspectos estiveram longe de serem seguidos de fatos. Ocorreram algumas mudanças, porém, não muitas. Com isso, os movimentos e lideranças continuaram a lutar por programas que insistissem nessas pautas, e que esta educação de fato crescesse em sua qualidade.

Um dos grandes eventos que marcou o movimento por uma educação do campo realizado no ano de 1998, foi a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, desta participaram movimentos sociais, organização governamentais e não governamentais, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Universidade de Brasília (UNB). A respeito deste momento, Helana Freitas traz a seguinte informação:

O evento tinha o objetivo de mobilizar sociedade e governos para a formulação de políticas públicas que garantissem o direito à educação para a população do campo, criando a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.<sup>28</sup>

Um dos pontos debatidos e decididos durante o evento foi a de que a expressão do campo, substituiria o termo rural, pois naquela há uma abrangência maior a todas as sociedades do Brasil que não se dizem urbanas, pois nestas lutas há também a presença de povos indígenas, quilombolas e qualquer outra sociedade que se adéque melhor as vivências do campo e não se encaixe no padrão de educação urbanizado. Segundo Rosa Caetano:

Com a implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e conseqüente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma

<sup>27</sup>BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**.2017.*loc.cit.*, Art. 28.

<sup>28</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. 2021.p. 12. *apud.*,FREITAS, H. C. A. **Rumos da educação do campo**.Em **Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.

igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias<sup>29</sup>.

Diante destes encontros e movimentos, os defensores da educação do campo solicitavam que fossem criados programas para o amparo de suas pautas. Por meio do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>30</sup>, é possível verificar as informações de um dos mais importantes programas para a educação do campo. Se trata do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado no ano de 1998, este ficou sendo parte do movimento da reforma agrária, desvinculado diretamente das lutas envolvendo o contexto educacional, contudo, logo após, se estendeu para a esfera da educação. Este programa tinha como objetivo diminuir o número de analfabetos, aumentar os níveis de escolarização, atender aos moradores de assentamento, como também profissionalizar os educadores do campo, na promoção de atividades que auxiliem na educação do campo.

O Pronera é fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo que desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecendo o mundo rural como território da vida coletiva e suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e éticas, além de executar políticas de educação em todos os níveis da Reforma Agrária. Ademais, cabe ressaltar que O PRONERA não estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual é a pasta governamental responsável pelos programas e políticas públicas para a educação no País.

Sobre o PRONERA, Lucineide Medeiros afirma o seguinte:

Mas, afinal, por que criar um programa com objetivo de promover educação, vinculado a uma estrutura administrativa relacionada à política agrária e fundiária e não ao Ministério da Educação – MEC, que é diretamente responsável pela política educacional no país? A resposta pode ser obtida nos objetivos fundacionais do próprio Programa que, por sua vez, estão ligados aos objetivos da Educação do Campo: a educação pretendida, em sentido amplo, não se realiza para si mesma ou para a composição da política educacional vigente, mas para a construção de um projeto de sociedade e, neste sentido, a sociedade pretendida pelos camponeses passa,

<sup>29</sup>SILVEIRA, C.; MIRANDA, A. C. G. **Tendências das pesquisas da Educação do Campo a partir da análise de publicações nos anais do ENPEC**. *Revista InsignareScientia-RIS*, v. 2, n. 2, p. 76-99, 2019. p.79. *apud.*, ROSA, D. S. da; CAETANO, M. R. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas**. *Revista Colóquio*, v. 6, n. 1-2, p. 21-34, 2008. p.23

<sup>30</sup>GOVERNO BRASILEIRO. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao#:~:text=Programa%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20na,de%20exist%C3%A2ncia%20da%20agricultura%20familiar>. Acesso em: 20 jun. 2025.

necessariamente, pela construção da reforma agrária e dela não se desvincula<sup>31</sup>.

Este programa busca uma democratização da educação para os trabalhadores da reforma agrária, buscando respeitar suas singularidades, bem como sua permanência no ambiente do campo. Seguem algumas pautas deste projeto:

Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio em áreas de reforma agrária; Capacitação e escolarização de educadores para o ensino fundamental em áreas de reforma agrária; Formação inicial e continuada de professores sem formação em áreas de reforma agrária; Formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional; Curso técnico profissional de nível médio; Formação de nível superior e pós-graduação *lato e stricto sensu*.<sup>32</sup>.

Desde sua implementação, o PRONERA já conseguiu elevar o número de sujeitos do campo em etapas de formação, como ensino fundamental, médio, cursos técnicos, profissionalizantes e superiores. Houve uma maior oferta de cursos profissionalizantes e técnicos voltados a uma formação específica para o campo como: administração de cooperativas e agrologia, e no âmbito educacional os cursos de pedagogia da Terra e Magistério, formaram educadores das comunidades, o que elevou o número de pessoas com acesso à educação básica.

Segundo a Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada em 2010, somente 0,51% da população assentada possuía curso superior completo, e 42,9% estudaram somente até a 4ª série do ensino fundamental. No ano de 2005 foi realizada uma Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (PNERA), os dados apontam que 70,5% das escolas dos assentamentos têm turmas multisseriadas, e 71% das escolas possuem até duas salas de aula<sup>33</sup>.

No relatório final da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (II PNERA), realizada em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Cátedra Unesco de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo. Chegou-se à conclusão de que, entre os anos de 1980 a 2011, por volta de 165 mil assentados da reforma agrária tiveram acesso a 320

<sup>31</sup>MEDEIROS, Lucineide. 2014. *loc. cit.*, p. 202.

<sup>32</sup>GOVERNO BRASILEIRO. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. *loc. cit.*

<sup>33</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. 2021. *loc. cit.*, p.13.

cursos do Pronera. Os cursos se dividiram em: 167 de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamental, 99 de EJA-médio, e 54 de EJA-superior<sup>34</sup>.

**Imagem 3<sup>35</sup>:** Cursos do Pronera por município de realização (1998-2011).



Por meio das informações citadas anteriormente e do mapa acima, é possível verificar que o PRONERA foi um programa que alavancou a educação do campo. Este contribuiu com o avanço do movimento, ajudando desta forma milhares de pessoas que não tinham acesso à educação a encontrar uma estrada para um futuro melhor, pois como afirma o educador Paulo Freire:

[...] A leitura do mundo precede mesmo a leitura da palavra. Os alfabetizados precisam compreender o mundo, o que implica falar a respeito do mundo; finalmente uma alfabetização crítica, sobretudo, uma

<sup>34</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. 2021. *op. cit.*, p.14.

<sup>35</sup>Governo Federal. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária – II PNERA**. Brasília, junho de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/pnera2pesquisaeducareformaagraria.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

pós-alfabetização não pode deixar de lado as relações entre econômico, o cultural, o político, o pedagógico<sup>36</sup>.

Entre outros programas criados para o meio rural destacam-se o ProJovem Campo – Saberes da Terra, que surge após a reformulação do programa Saberes da Terra, que Segundo Freitas (2011), visa o desenvolvimento de políticas públicas de educação no campo, dando oportunidade aos jovens agricultores familiares fora do sistema formal de ensino. Ademais, outro programa a ser destacado é o Escola Família da Terra (EFA), que surgiu no ano de 1960, mas cuja consolidação só ocorreu no ano de 1980. O seu foco está nos jovens do campo, sem limitação de idade e escolaridade. O diferente deste projeto é o tempo que o aluno dedica a escola e a comunidade, sempre em ritmo de alternância.

Cabe ressaltar também as Casas Familiares Rurais (CRF), que foram introduzidas inicialmente na região nordeste, mas este projeto não conseguiu êxito nesta localidade, depois migraram as CRF para o Sul, em específico no Paraná, onde se consolidaram no estado e posteriormente se espalharam para outros locais da região. Ademais, o projeto Escola Ativa, que se originou na Colômbia, o qual tem como foco a melhoria da educação em escolas multisseriadas, é de maior ocorrência no meio rural. Este modelo tem como um dos principais focos para o ensino o de que o ensino esteja ligado à realidade do aluno, este irá participar ativamente da aula, o professor atuando como facilitador e estimulador, aprendizagem cooperativa e avaliação contínua, e a aprovação flexível, pois se deve considerar a realidade do aluno.

No ano de 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no âmbito do Ministério da Educação. Nessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo. A criação desta foi um importante marco para este movimento, pois a partir dessa iniciativa havia agora no âmbito do governo federal um setor responsável pela educação do campo. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade trará o edital de convocação nº09, de 29 de abril de 2009, com informações a respeito de uma das políticas adotadas, o PROCAMPO.

O Procampo fomentará projetos de cursos de licenciatura específicos em educação do campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. Os projetos deverão contemplar

---

<sup>36</sup>FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. p. 9.

alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo<sup>37</sup>.

Este programa visa fortalecer as licenciaturas em Educação do Campo, buscando valorizar temas que abordem a autonomia e reconhecimento desta população. Segundo Santos e Silva (2016), tem como princípio a formação de educadores através das áreas de conhecimento, rompendo com saberes fragmentados e disciplinas, como ocorre nas maiores instituições de ensino superior.

Apesar de estes programas e projetos, os indicadores demonstram que as escolas do campo possuem uma grande defasagem quando comparadas às escolas localizadas na zona urbana. Aquelas possuem uma taxa de analfabetismo três vezes maior do que a urbana. No que diz respeito à escolaridade, a da cidade é quase o dobro da população rural, além das deficiências das instalações das escolas rurais. Segundo Molina, Montenegro e Oliveira (2009), 75% dos alunos eram atendidos em escolas que não possuem biblioteca, 98% das escolas não possuíam laboratório de ciências e 92% não tinham acesso à internet<sup>38</sup>.

A seguir trarei gráficos e dados de pesquisa realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP), referente a aspectos socioeconômicos e socioculturais da zona urbana e rural. Ao se considerar o capital físico, comparando o rendimento mensal da população economicamente ativa acima dos dez anos, é possível verificar a desigualdade existente entre a zona urbana e rural. Na categoria “sem rendimento” a população da zona rural aparece com 27% da população vivendo nessas condições, enquanto na zona urbana esse percentual cai para menos da metade. Já no índice que aponta o rendimento de 2 a 3 salários-mínimos (SM) a população da zona urbana tem 11,2%, enquanto na zona rural há o total de somente 5,6%<sup>39</sup>.

**Tabela 1<sup>40</sup>:** Número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, por categoria de rendimento real e situação de domicílio – Brasil e Regiões Geográficas – 2004.

<sup>37</sup>MEC. **Procampo**. 2009. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital\\_procampo\\_20092.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>38</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. 2021. p. 16. *apud.*, MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L.; OLIVEIRA, L.N. A. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2009.

<sup>39</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. INEP/MEC. Brasília, DF, 2007. p. 14.

<sup>40</sup>*Ibid.*, p. 14.

Brasil e Região Geográfica	Situação do domicílio	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas										
		Total	Classe de rendimento									
			Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	Urbana	75.741.787	7,1	15,4	28,9	11,2	12,0	7,7	3,3	1,2	11,6	1,6
	Rural	17.118.341	16,3	22,5	21,2	5,6	3,9	1,9	0,6	0,2	27,0	0,9
Norte	Urbana	4.897.374	7,1	21,5	29,6	10,2	9,6	5,7	2,1	0,7	12,8	0,7
	Rural	2.030.855	8,9	21,4	22,2	6,1	5,2	2,3	0,6	0,4	32,5	0,5
Nordeste	Urbana	17.014.318	16,0	24,3	25,0	6,5	6,2	3,9	1,8	0,7	14,7	1,0
	Rural	7.600.656	25,2	25,7	15,9	2,7	1,0	0,5	0,1	0,0	27,8	1,1
Sudeste	Urbana	36.325.549	4,2	11,7	29,2	12,9	14,1	9,0	3,9	1,3	11,2	2,6
	Rural	3.345.441	10,6	24,2	28,0	7,8	5,1	2,6	0,7	0,4	19,8	0,9
Sul	Urbana	11.821.370	4,3	11,8	31,6	13,5	14,7	9,5	3,9	1,4	8,7	0,7
	Rural	3.142.846	8,3	15,6	23,3	8,9	7,7	4,1	1,5	0,3	29,6	0,6
Centro Oeste	Urbana	5.683.176	4,9	15,0	32,7	11,4	12,2	8,0	3,9	1,9	9,6	0,4
	Rural	998.543	7,4	16,9	29,7	9,5	6,5	3,1	0,9	0,4	25,1	0,4

Diante destes dados econômicos é possível verificar que essa realidade irá se refletir na educação, pois assim como a grande diferença no rendimento mensal entre essas duas localidades, o aspecto educacional será marcado por significativas diferenças que dificultam a educação oferecida aos povos do campo.

**Tabela 2<sup>41</sup>:** Número médio de estudos da população de 15 anos ou mais – Brasil e Grandes Regiões - 2001 /2004.

Regiões Geográficas	Anos de Estudos					
	Total		Rural		Urbana	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004
<b>Brasil</b>	<b>6,4</b>	<b>6,8</b>	<b>3,8</b>	<b>4,0</b>	<b>6,9</b>	<b>7,3</b>
Norte	5,6	6,2	3,3	4,0	6,5	6,9
Nordeste	5,2	5,5	3,2	3,1	6,0	6,3
Sudeste	7,1	7,5	4,5	4,7	7,3	7,7
Sul	6,8	7,2	4,9	5,0	7,3	7,7
Centro-Oeste	6,6	7,0	4,2	4,7	6,9	7,4

Em relação à escolaridade média da população de 15 anos ou mais, a zona rural possui quase a metade (4 anos) diante da população da zona urbana (7,3 anos). Vale ressaltar a diferença que existe no Nordeste, na zona rural o nível médio de escolaridade é de 3,1 anos e na zona urbana 6,3 anos, o lugar com maior disparidade. No que diz respeito à estrutura física, as escolas do campo dispõem de um contexto diferenciado do observado na zona urbana. Na tabela a seguir, é possível verificar que serviços e insumos básicos que as escolas urbanas possuem são escassos ou não existem na zona rural. Por exemplo, enquanto na zona urbana

<sup>41</sup>*Ibid.*, p. 15.

43,6% das escolas possuem acesso à internet, no campo esse número cai para 1,1%, uma diferença muito grande. Em relação à quadra de esportes, as escolas da zona rural possuem somente 5,6%, em contrapartida, nas da cidade, este número salta para 53,8%. Em todos os quesitos da tabela sobre infraestrutura, as escolas da zona urbana estão à frente da zona rural, e na maioria com diferenças gritantes.

**Tabela 3<sup>42</sup>:** Percentual de Matrículas e Infraestrutura do Ensino Fundamental por localização – Brasil – 2002/2005.

Infra-Estrutura disponível na escola	Ensino Fundamental							
	Estabelecimentos (%)				Matrículas (%)			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Biblioteca	58,6	48,2	5,2	6,1	65,4	51,5	15,5	16,9
Laboratório de Informática	27,9	36,1	0,5	1,4	32,7	43,2	2,2	5,3
Laboratório de Ciências	18,3	19,2	0,5	0,7	23,3	23,8	1,7	2,3
Quadra de Esportes	50,7	53,8	4,0	5,6	63,0	65,0	12,2	15,2
Sala para TV/Vídeo	38,6	40,3	2,2	2,6	44,0	44,1	7,3	7,5
TV/Vídeo/Parabólica	56,1	45,9	10,0	9,0	71,3	56,6	30,4	24,2
Microcomputadores	66,0	75,9	4,2	7,4	75,4	84,3	14,3	22,4
Acesso à Internet	29,6	43,6	0,4	1,1	36,0	51,9	1,6	4,3
Água	99,8	100,0	96,4	98,9	99,9	100,0	97,7	99,4
Energia Elétrica	99,8	99,9	58,3	71,5	100,0	100,0	77,9	86,8
Esgoto	99,6	99,8	78,3	84,5	99,7	99,9	88,0	92,3
Sanitário	97,2	99,5	79,2	87,0	97,5	99,7	87,6	93,7

Sabe-se que a figura do professor é imprescindível para a educação acontecer, contudo, os docentes da zona rural não são reconhecidos como deveriam, além do salário inferior aos da zona urbana, enfrentam uma série de problemas como: “sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção”<sup>43</sup>.

Na tabela a seguir é possível verificar o nível de escolaridade dos professores. “No ensino fundamental de 1ª a 4ª série, somente 21,6% dos professores das escolas rurais têm formação superior, enquanto nas escolas urbanas esse contingente representa 56,4% dos docentes.”<sup>44</sup> No ensino fundamental de 5ª a 8ª série há novamente uma grande diferença, as das escolas urbanas que possuem curso superior equivalem a 87,5% enquanto nas escolas do campo 53,1%, essa diferença cai somente no ensino médio com 95,8% para àqueles e 88,7% para estes.

<sup>42</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007. *loc. cit.*, p. 29.

<sup>43</sup>*Ibid.*, p. 33.

<sup>44</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007. *loc. cit.*, p. 33.



**Tabela 4<sup>45</sup>:** Taxa de docentes por grau de formação segundo o nível de atuação e localização – Brasil – 2002/2005.

Nível de atuação / localização	Percentual de Docentes por grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
<b>Ensino Fundamental 1ª a 4ª</b>						
Urbana	0,8	0,5	61,1	43,1	38,1	56,4
Rural	8,3	3,4	82,9	75,0	8,8	21,6
<b>Ensino Fundamental 5ª a 8ª</b>						
Urbana	0,2	0,0	20,7	12,5	79,1	87,5
Rural	0,8	0,2	56,8	46,7	42,4	53,1
<b>Ensino Médio</b>						
Urbana	0,1	0,0	10,4	4,2	89,5	95,8
Rural	0,2	0,0	21,8	11,3	78,0	88,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

Essas diferenças exorbitantes não dizem respeito somente ao grau de formação, na questão salarial também existe uma grande diferença. Os professores da área urbana recebiam praticamente o dobro dos docentes do campo. O Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica de 2003 mostra que a remuneração destes é bem inferior, nas séries iniciais o salário médio é de R\$ 452,00 na área rural e de R\$ 766,00 na área urbana. Nas séries finais, os professores das escolas da zona urbana recebem um salário médio de R\$ 907,00, enquanto os das escolas do campo têm um salário médio de 558,60. A situação só é amenizada no ensino médio, onde estes quase o mesmo valor, R\$ 1.077,40 na área rural e R\$ 1.059,40 na área urbana.

**Tabela 5<sup>46</sup>-** Salário médio dos Professores por localização – Brasil 2003.

<sup>45</sup>*Ibid.*, p. 34.

<sup>46</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007. *loc. cit.*, p. 36.

Nível de atuação	Salário médio (R\$)	
	Urbana	Rural
<b>Ensino Fundamental</b>		
- Séries iniciais	766,1	452,0
- Séries finais	907,0	558,6
<b>Ensino Médio</b>	1.059,4	1.077,4

Diante de tais circunstâncias é possível observar que a permanência de educadores nas escolas do campo tem sido desmotivada por falta de políticas públicas que valorizem estes; ademais, cabe ressaltar a necessidade de ações efetivas na busca por uma formação profissional adequada e formação continuada, considerando projetos pedagógicos e uma melhoria salarial, para que estes tenham estímulos a permanecer nas escolas do campo<sup>47</sup>. As escolas do campo estão em desvantagens na maioria dos índices educativos, essa realidade demanda urgência de políticas públicas para melhorar a questão educacional das escolas do campo, por serem milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos sofrendo os danos de ter seus problemas resolvidos de fato.

### 3. EDUCAÇÃO RURAL NO PIAUÍ

---

<sup>47</sup>*Ibid.*, p. 36.

O percurso da educação rural no País como foi visto anteriormente é marcado por dificuldades para a concretização de um ensino de qualidade que atenda as reais necessidades da população campesina, no que diz respeito à educação voltada a esta população para o Estado do Piauí haverá grandes dificuldades para se estabelecer um ensino de qualidade desde o seu princípio, quando comparada a outras regiões, o Nordeste por muito terá um desenvolvimento educacional abaixo do desejado, para diminuir essa desigualdade o governo em parceria com os Estados e municípios, e algumas entidades privadas criarão para o Nordeste, programas voltados para as populações rurais visando melhorar a situação educacional e econômica.

### 3.1 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA ZONA RURAL DO PIAUÍ.

O período colonial para o estado foi marcado por um atraso na educação, pois neste, não se tinha interesse de fixação até meados do século XVII, desta forma, não se via interesse em estabelecer unidade de ensino. Ademais, mesmo quando se tornou uma capitania, não houve o estabelecimento de escolas e seminários pelos jesuítas que habitaram o Piauí.

Outrossim, os jesuítas que se estabeleceram no Piauí estavam mais preocupados em ocupar as terras deixadas para a companhia de Jesus do que em propagar o ensino. Todavia, mesmo com a educação não sendo prioridade em sua estadia no Estado, eles criaram no ano de 1749 o seminário do Rio Parnaíba, que tinha como objetivo a formação de sacerdotes, contudo, ele não chegou a funcionar. Ainda segundo Filho<sup>48</sup>, foram criadas duas escolas de instrução primária na vila da Mocha, uma para homens e outra para mulheres, mas, estas também não funcionaram. A educação do Piauí colônia não chegou a se desenvolver, as poucas tentativas de alavancar a educação no estado não conseguiram ter seus planos concretizados, a população ainda permanecia em sua maioria analfabeta.

No que diz respeito à educação durante o seu período imperial, é marcada inicialmente pelo abandono do ensino, contudo, com a criação da lei geral do ensino de 1827, que estabelece a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do país, ocorre então a criação de escolas em algumas regiões do Piauí<sup>49</sup>. A referida lei de 15/10/1827 em seu artigo 1º e 6º traz as seguintes instruções:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

---

<sup>48</sup>COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. *loc. cit.*, p. 74.

<sup>49</sup>COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão**. 2006. *loc. cit.*, p. 75.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil<sup>50</sup>.

Apesar da criação desta lei visando a melhoria educacional do País, havia obstáculos que dificultavam a concretização destes projetos, um destes eram a falta de professores, pois não tinham muitas pessoas capacitadas para ocuparem o cargo, acrescido do valor do salário que era pouco<sup>51</sup>.

O Ato Adicional de 1834, emitido pela constituição Imperial foi um marco muito importante na educação brasileira, pois ele proporcionou uma descentralização administrativa do Brasil ao transferir a responsabilidade do ensino antes imposta a esfera federal para as províncias, cada uma a partir de então se responsabilizaria pelo ensino primário e secundário, feito este que não favoreceu o Piauí por se tratar de uma província economicamente fraca quando comparada a outras<sup>52</sup>. Os governantes então que seguiram, Zacarias de Góis e Saraiva, procuraram criar instituições de ensino para o aprimoramento de professores. Ainda segundo o autor, uma das maiores contribuições do governador Zacarias Góis para a educação foi a criação do Liceu provincial em Oeiras, em 4 de outubro de 1845, sendo a primeira escola de ensino secundário do Piauí, pelo governador Zacarias. O império finaliza a sua trajetória em relação à educação pública deixando um ensino fraco, carente de necessidades essenciais para o aprendizado dos indivíduos.

Cabe ressaltar que durante o período colonial e imperial vivenciado no Brasil, bem como no estado do Piauí, a população residia principalmente na zona rural, contudo a educação do País em um âmbito geral era muito atrasada, no período imperial ocorre à instituição de algumas escolas públicas e particulares nas cidades<sup>53</sup>. Ademais, antes da instituição das escolas públicas, somente a elite tinha acesso ao ensino, essas escolas vão surgir de maneira gradual nas cidades. Esta precariedade da oferta de ensino se referem a realidade da zona urbana, onde havia uma maior preocupação com a educação, e o que falar da realidade educacional dos habitantes das zonas rurais, que moravam a muitos quilômetros de distância do perímetro urbano? A estes restou o abandono das instituições públicas.

---

<sup>50</sup>*Ibid.*

<sup>51</sup> ALENCASTRE, José. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.

<sup>52</sup> AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

<sup>53</sup> VASCONCELOS, Maria Celi. **A casa e seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro, Gryphus, 2005.

No que diz respeito à primeira república datada de 1889 a 1930, a educação ganhou um maior destaque nos debates nacionais, pois a esta se ligou a ideia de modernização do país, logo, neste período houve uma maior discussão acerca das dificuldades presente no ensino público do Brasil<sup>54</sup>. Ainda segundo Sud Menucci<sup>55</sup>, a existência de uma crise educativa brasileira, paralela a uma crise chamada de universal, induziu a ir solicitar aos países europeus, regras e conselhos para a conduta.

A partir de 1920, com os debates acerca da modernização, onde esta ideia e objetivo estavam estritamente ligados ao contexto educacional, o Piauí dará início a algumas ações para implantar a educação primária no estado. Getúlio Vargas tinha em sua mente fortemente o ideal de País desenvolvido e modernizado, neste tempo em que ele ocupava a presidência o governador do Piauí era Leônidas Mello, que estava logrando êxito em seu mandato, as coisas haviam melhorado economicamente, este quadro permitiu ao estado um crescimento na urbanização e investimentos na assistência<sup>56</sup>.

O resultado foi o desenvolvimento significativo da educação primária no Piauí, pois a prioridade naquele momento era alfabetizar os brasileiros, sendo que essa área passou a ser o foco de atuação dos poderes público central e local, embora os outros níveis educacionais também tenham sido contemplados com reformas legislativas e investimentos, inseridos em um projeto mais amplo de modernização do país.

No que concerne ao período da nova república, o Brasil em seu contexto educacional, já havia conseguido obter melhoras significativas em regiões como o sudeste, sul, centro-oeste, contudo, as regiões norte e nordeste apresentavam um quadro econômico e educacional em situação abaixo do almejado, levando assim o país para um nível baixo em seu desenvolvimento<sup>57</sup>. Esse atraso no ensino no qual o Estado do Piauí está inserido, foi ocasionado principalmente pela falta de políticas públicas direcionadas as escolas do meio rural, estas por muitos anos permaneceram e em alguns lugares ainda permanecem desassistidas.

A tese de doutorado de Marli Clementino que tem por título “Eu era Professora, era Catequista, era Enfermeira, eu era tudo!” A profissão docente no meio rural piauiense (1971-1989), contribuiu para esta pesquisa com muitas informações, por se tratar de um trabalho que

<sup>54</sup>MARINHO, JoseanneZinglearaSoares. **O entusiasmo pela educação como fator de progresso do Piauí entre os anos 1920 e 1940. Revista da Academia de Ciências do Piauí**, v. 1, n. 1, 2020. p.141.

<sup>55</sup>NETO, Luiz Bezerra. 2016. p. 26. *apud.*, MENUCCI, S. **Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo. (1892-1935)**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1935.

<sup>56</sup>MARINHO, JoseanneZingleara Soares. 2020.*op. cit.*, p. 141.

<sup>57</sup>PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. 2021. *loc.cit.*,p.59.

retrata a situação educacional do País, bem como do Piauí, no contexto em que o Brasil está buscando melhorias educacionais para a região do Nordeste. Além disso, ela é rica em investigação a respeito do funcionamento das escolas neste Estado, como também, da figura do professor neste ambiente. Ademais, segundo dados do IBGE, no Piauí, de uma população, em 1970, de 1.680.954, o número saltou para 2.139.021 habitantes em 1980, correspondendo a 1,80% da população geral do país e a 6,14% da população da região Nordeste. Dessa população, 897.994 habitantes residiam nos centros urbanos e 1.241.027 na zona rural. Fonte: IBGE (1940, 1991). No Piauí, a população rural era maior que a zona urbana até a década de 1980, o urbano só irá ultrapassar na década de 90. Enquanto no país em contexto geral o urbano já tinha mais pessoas que no rural desde a década de 1970<sup>58</sup>. Vejamos a tabela a seguir.

**Tabela 6<sup>59</sup>:** Série histórica: População Geral e por localização do Brasil e do Piauí.

Ano do Censo	Unidade Política	População				
		Total	Urbana		Rural	
			Números absolutos	%	Números absolutos	%
1940	Brasil	41.236.151	12.880.182	31,23%	28.256.133	68,77%
	Piauí	817.601	124.197	15,19%	693.404	84,81%
1950	Brasil	51.944.397	18.782.891	36,15%	33.161.506	83,85%
	Piauí	1.045.696	170.584	16,3%	875.112	83,7%
1960	Brasil	70.070.457	31.303.034	44,67%	38.767.423	55,33%
	Piauí	1.249.200	292.422	22,93%	956.778	77,02%
1970	Brasil	93.139.037	52.084.984	55,92%	41.054.051	44,08%
	Piauí	1.680.573	536.612	31,93%	1.143.961	63,07%
1980	Brasil	119.002.706	80.436.409	67,54%	38.566.297	32,46%
	Piauí	2.139.021	897.994	41,93%	1.241.027	53,02%
1991	Brasil	146.917.459	110.875.826	75,45%	36.041.633	24,54%
	Piauí	2.582.137	1.367.184	52,94%	1.214.953	47,06%

Fonte: IBGE (1940, 1991).

Como foi mencionado anteriormente, com o ideal de progresso e desenvolvimento que o País havia adotado, irão surgir programas que visavam uma mudança na situação educacional no estado do Nordeste, segundo Gonçalves, estes tiveram suas primeiras iniciativas ainda na primeira metade do século XX, dentre uma das criações que merece destaque encontra-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

<sup>58</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 37. *apud.*, IBGE 1960, 1970, 1980.

<sup>59</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 37. *apud.*, IBGE, 1940 a 1991.

(SUDENE), órgão este que passou a ficar responsável pelo financiamento dos programas e projetos intersetoriais para o desenvolvimento da Região. Por ser o Nordeste uma das regiões mais atrasadas do Brasil, o governo em sua estratégia viu que gerando uma mudança significativa na educação no meio rural, este conseguiria uma mão de obra qualificada para o trabalho nesta região, o que consequentemente geraria uma maior produção, esta melhora no campo, associada ao rápido crescimento das indústrias colocaria o Brasil em outro nível de desenvolvimento.

As primeiras iniciativas do governo voltadas à educação da zona rural visavam principalmente ao aprimoramento de técnicas para uma maior produção, não houve uma análise da real necessidade destes povos, mas sim a busca de mão de obra para fornecer mantimento às cidades que não paravam de crescer. É possível notar que mesmo quando se tratando de programas para o campo, o objetivo final não é o campo em si, mas sim a consolidação do processo de industrialização e reestruturação da economia agrária ao expandir a produção<sup>60</sup>. Conforme Marli Gonçalves:

O viés economicista de modernização do meio rural por meio de um planejamento que envolvia mudanças em diferentes aspectos foi a tônica das políticas para o nordeste brasileiro. Tais mudanças abrangiam: desenvolver o Nordeste nos moldes capitalistas; integrá-lo ao país na construção do “Brasil Grande”.<sup>61</sup>

Ademais, a pobreza e a miséria que existiam nas áreas rurais do Nordeste foram resultadas da falta de políticas públicas ao longo da história, o que como consequência gerou uma desigualdade regional, o que impedia o desenvolvimento do país em um contexto geral, esse quadro atrasado dessa região provocava o inchaço na cidade pelo processo migratório, e a população que permanecia no campo não desenvolvia as produções agrícolas como era o desejado. Diante dessa situação, o governo federal teve que buscar soluções para a transformação desse quadro. O governo resolve criar programas voltados para a educação e conhecimento técnico, os quais as intenções em que se permeavam as ideias referentes ao investimento no estado, estavam focadas principalmente para o aumento da produção, o viés economicista era o foco, acreditavam que dessa melhorando a economia, os problemas sociais seriam resolvidos.

Um dos programas pioneiros que o estado do Piauí recebeu foi o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), (decreto nº 74.794/1974,

<sup>60</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 34. *apud.*, CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: HUCITEC, SUDENE, 1987.

<sup>61</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. *loc. cit.*, p. 34.

foi implantado no ano de 1976, tinha como um dos seus interesses a fixação do homem no campo, e no que diz respeito à educação, designava recursos para a construção de escolas rurais e formação de professores rurais de 4ª a 5ª série do 1º grau. O Polonordeste esteve presente em 42 municípios, atendendo a 46 escolas, estas tinham um currículo específico, cujos objetivos eram a formação em técnicas em agropecuária para o trabalho na roça e conhecimento sobre saúde e saneamento.<sup>62</sup>

Dessa forma estas escolas da zona rural se transformaram em escolas para o aperfeiçoamento das técnicas de agropecuária, cujo resultado levaria ao crescimento econômico, desenvolvimento industrial, crescimento das cidades. Este tipo de escola estava servindo de uma mera instrumentalização para o crescimento econômico. Segundo Leite (1999), a educação no Brasil foi sendo oferecida de forma diferente desde sua base, as elites sempre usufruíram de um ensino privilegiado, enquanto as camadas pobres a princípio nem a esta tinham acesso, e este é o mesmo caso da educação rural, onde esta foi deixada de lado no desenvolvimento educacional, ficando de lado, sendo a cidade a grande privilegiada.<sup>63</sup>

No ano de 1971, durante o regime militar, no governo de Emílio Garrastazu Médici, houve a instituição da reforma de 1º e 2º grau. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 5.692 ocorre uma alteração na organização do ensino no Brasil, desde a ampliação da escolaridade até a estipulação de formação mínima para exercício do magistério, determinou o ensino de primeiro grau de oito anos para toda a população. Houve debates na imprensa a respeito desta lei. Sobre a situação educacional do Piauí, a Secretaria de Educação do Estado apresentou um quadro de como se encontrava o ensino neste:

Os destaques foram para o baixo rendimento do sistema escolar piauiense: o déficit de 44% de atendimento escolar de 1º grau, quando o índice nacional era de 30%; a fraca concentração demográfica da zona rural; a má distribuição dos núcleos populacionais, porque 67% da população escolarizável residiam no meio rural; o baixo índice de conclusão do ensino primário, pois a cada 100 que ingressava, apenas sete alcançavam a última série<sup>64</sup>.

Essa referida LDB, em seu Artigo 58, estabelecia:

<sup>62</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 42. *apud.*, PIAUÍ. **SEPLAN. O POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação referencial**. Teresina, março de 1982. 417p.

<sup>63</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 44. *apud.*, LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez. 1999.

<sup>64</sup> GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 45. *apud.*, PIAUÍ. ARCOVERDE. Plano de governo do estado do Piauí- 1976-1979. Teresina, 1975. p.65 – 67, 213 – 232.3

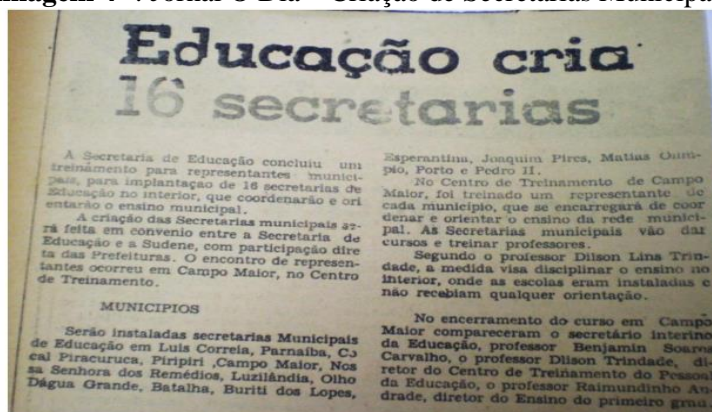


à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais<sup>65</sup>.

Dessa forma o município ficava cada vez mais responsabilizado pela educação de 1º grau. Esta municipalização do ensino de 1º grau deu origem ao Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (Promunicípio), criado pelo ministério da educação e cultura. Este programa era responsável pela assistência técnica aos municípios, no acompanhamento as escolas municipais, as quais nesse período eram predominantemente rurais.

A primeira ação deste projeto no Piauí foi noticiada nos jornais, a princípio somente 16 municípios participaram, mas depois o programa estende-se a outros. Tratou-se de um treinamento, que aconteceu em Campo Maior. Na reunião, houve à orientação sobre a responsabilidade que estava imposta aos municípios, de orientar e coordenar a rede municipal, como também a necessidade de cursos e treinamento aos professores.

**Imagem 4<sup>66</sup>:** Jornal O Dia – Criação de Secretarias Municipais.



Fonte: O DIA. 1973.

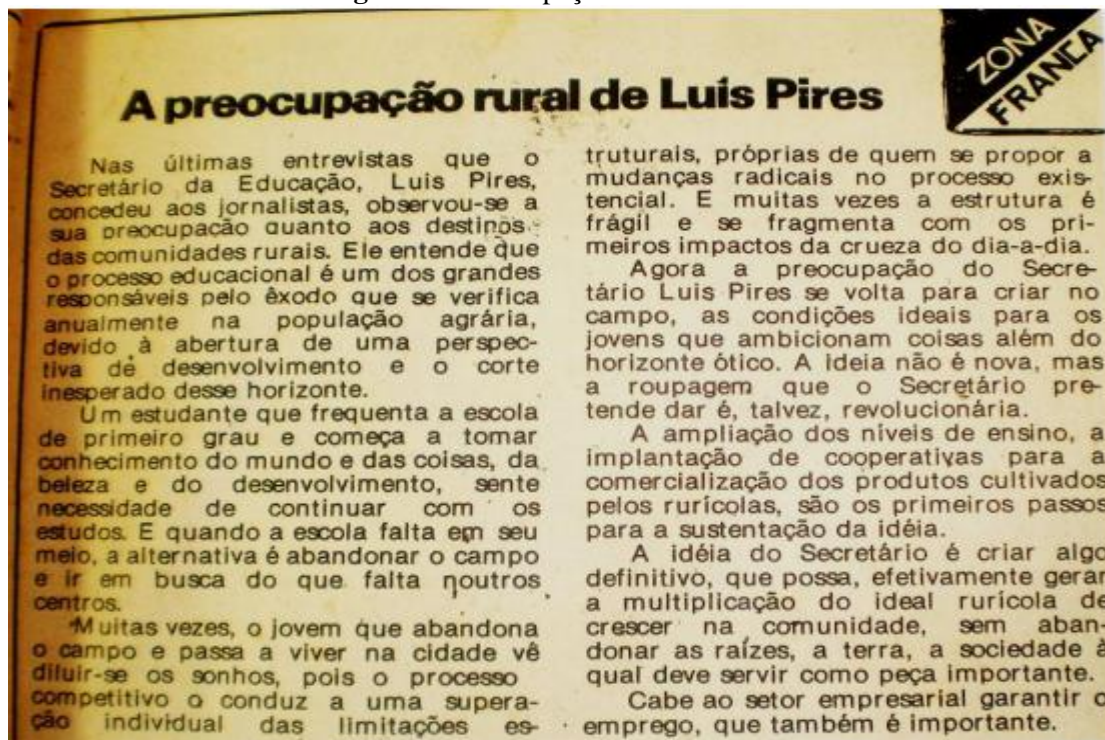
O Secretário de Educação Luís Carlos Prestes em uma entrevista concedida ao jornal, falou de sua preocupação com a sequência da oferta de ensino para o meio rural, pois um jovem que terminava o 1º grau e via nos estudos uma perspectiva de vida, mudava-se para a cidade, pois no campo não havia a oferta de ensino para as séries posteriores. Para diminuir o êxodo rural, o secretário propunha uma educação “associada ao cultivo de produtos a serem comercializados. Defendia o secretário a fixação do homem na terra e a construção de

<sup>65</sup>BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**.2017. *loc.cit.*, Art. 58.

<sup>66</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 48. *apud.*, **JORNAL O DIA. Educação cria 16 Secretarias. Teresina- PI**, nº 3.608, 6/7 de maio de 1973, Caderno 2.p.8.

cooperativas para comercialização dos “produtos cultivados pelos rurícolas<sup>67</sup>”. Observamos o trecho do Jornal a seguir:

**Imagem 5<sup>68</sup>:** Preocupação com o meio rural.



Na década de 80, ocorre um esvaziamento do campo para a cidade. A situação de atraso e miséria define a zona rural, os jornais discutiam essa pauta com frequência. O MEC, diante dessas circunstâncias, coloca como necessidade da educação rural uma maior oferta de ensino para ela, para que houvesse oportunidade de continuar os estudos. Para este, era papel da educação preparar os estudantes para o trabalho na agricultura moderna. “Tecnificação do campo, necessidade de domínio de máquinas e manuseio de insumos agrícolas estão na ordem do dia” <sup>69</sup>.

O programa mencionado anteriormente, criado para buscar solucionar os problemas presentes na educação rural, o Polonordeste, tinha como objetivo era proporcionar uma melhoria qualitativa e quantitativa da educação na zona rural, usar o 1º e 2º graus para preparar mão-de-obra para o setor primário da economia. O Programa Nacional de Ações

<sup>67</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015.*loc. cit.*, p. 50.

<sup>68</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 50. *apud.*, JORNAL O DIA. **A preocupação rural de Luis Pires.** Teresina. Ano XVIII, n.6.069, p.13. 10 de janeiro de 1979.

<sup>69</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015.*op. cit.*, p.52.

Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (Pronasec), instituído pela Portaria n.º 02, de 2 de janeiro de 1980, define em seu art. 2º os objetivos de:

a) proporcionar, de modo integrado à política de desenvolvimento agropecuário, oportunidades de educação básica, combinadas com diversas modalidades de formação especial, notadamente às que se referem à educação para o trabalho, ao fortalecimento da organização social e econômica, ao desenvolvimento cultural da população e ao desenvolvimento comunitário; b) integrar a ação dos órgãos do Setor Educação e Cultura com os programas do campo social – em particular nas áreas de desenvolvimento de comunidades rurais, emprego, habitação, formação profissional, saúde e assistência social – que se destinem a atender às necessidades básicas dos grupos pobres rurais<sup>70</sup>.

O Pronasec/Rural no Piauí realizou treinamentos para as pessoas que trabalhavam na administração dos órgãos responsáveis pelas escolas rurais, para 230 supervisores e 3.200 professores municipais, para trabalhar com as novas cartilhas que seriam disponibilizadas pelo governo. Além disso, este programa financiou a implementação de 45 órgãos municipais de educação, plano de trabalho para estes departamentos, implementou núcleos de educação comunitária, escolas de produção, qualificação de professores leigos ao nível de 8ª série do 1º grau e matérias de Ensino-Aprendizagem para classes multisseriadas<sup>71</sup>.

O Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL), tinha como objetivo “a avaliação e a reformulação da Proposta Curricular Rural e a elaboração de Materiais de Ensino-Aprendizagem adequados à Proposta Curricular Rural<sup>72</sup>”. Assim como o Pronasec, este programa trouxe a qualificação de professores leigos, treinamentos para os profissionais, ademais, organizou a infraestrutura de distribuição de merenda escolar, trabalhou na construção de 06 depósitos da merenda escolar.

Segundo Calazans *et al*, os projetos e programas desenvolvidos para o meio rural não passavam de falsas soluções para a educação rural:

Ação educativa implícita nos programas e projetos desenvolvidos no meio rural parte de uma falsa noção do que costuma chamar-se de “atraso rural”. Para os formuladores desses programas, o “atraso rural” se referiria àquelas regiões caracterizadas pela agricultura tipo pré-capitalista. Desta falsa concepção decorre como consequência natural falsas soluções em termos de proposta: educação rural. A educação rural é vista pelos formuladores como sendo um processo pedagógico que visa a transformar os conhecimentos do

<sup>70</sup> GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 57. *apud.*, **PIAUI, SEDUC**, Portaria nº 02, de 2 de janeiro de 1980.

<sup>71</sup> GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. *loc.cit.*, p. 58

<sup>72</sup> GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 58. *apud.*, **PIAUI, SEDUC**. Relatório Final, 1987, p.33.

homem do campo a fim de habilitá-lo a enfrentar as exigências das novas tecnologias e inovações do setor agrícola<sup>73</sup>.

Segundo Marli Clementino, o Governo Federal elaborou um diagnóstico expondo sete aspectos a serem modificados no que diz respeito ao ensino, para tirar o meio rural de estagnação e marginalização social. Seguem os sete pontos apontados:

O primeiro aspecto referia-se à vinculação da educação às necessidades de seus habitantes. Já o segundo tratava da reformulação de conteúdos e de métodos de ensino, até então com matriz urbana, transplantados para a zona rural. O terceiro aspecto apontado remetia para a necessidade de reformulação do calendário escolar, adequando-o ao calendário agrícola local. Outro fator a ser enfrentado era o alto índice de repetência e de evasão, que superava em muito os números da escola urbana e que era acompanhado pelo alto índice de analfabetismo. O sexto desafio residia no grande número de professores que não completaram sequer os estudos primários e que, atuando na condição de professor, recebiam salários muito baixos. O último igualmente importante e de necessária discussão referia-se à estruturação das escolas, que, em condições bem mais precárias que as urbanas estavam totalmente desvinculadas da comunidade em que se inseriam<sup>74</sup>.

O Governo Federal, em parceria com o estado e o município, trabalhou veemente na criação e execução de programas a fim de melhorar a educação no meio rural. Estes investimentos sem dúvidas trouxeram avanços para este meio, contudo, muitos teóricos, professores, e outros que trabalhavam com a educação rural, não concordavam com esse rumo que estava tomando conta das escolas do campo, pois para estes a educação do campo, deveria ser mais do que uma mera instrumentalização para servir os interesses da cidade, tirando desta forma, a singularidade do campo, da cultura, das pessoas.

No que se refere à escola presente no meio rural, esta geralmente é reerguida em muitos lugares com o apoio da população e em destaque para que esta se estabeleça está a figura do professor, que agirá como um agente principal para que de fato o ensino se estabeleça, pois em muitos casos precariedade de materiais e estrutura é algo presente neste contexto da educação rural. Segundo a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 2º: “A Educação é um direito de todos e será dado no lar e na escola”. Para ocorrer de fato uma aprendizagem significativa, a escola deverá ser um ambiente seguro e com estrutura própria para isso. Todavia, não é esse o quadro das escolas dos municípios brasileiros.

---

<sup>73</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 58. *apud.*, CALAZANS, Maria Julieta C, et al. **Políticas educacionais: Questões e contradições da Educação Rural no Brasil** In: WERTEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs). **Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. p. 161 a 197, p.164.

<sup>74</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. *loc. cit.*, p. 60.

Uma realidade que vigorou por muito tempo no Brasil, principalmente no Piauí foram as escolas funcionando na casa de professores. Relatos de professores mostram a realidade vivenciada no meio rural piauiense na década de 70:

Nesse tempo, minha casa era a escola, e eu aperreado que eu só tinha uma varandinha, mas eu tinha tanta vontade de ser um dono de uma escola, eu arrumava umas tábuas e pregava, fazia uma furquilha e metia o banco assim, e fazia uns três a quatro bancos, mas eu não me conformava com isso e fazia um mais alto que era prapresentar neste e escrever neste de cima. Como é que a gente chama, a carteira! Mas isso chamava a atenção desse povo de Piripiri e diziam “rapaz como é que o cara é criativo desse jeito”, o quadro eu fiz... Porque eu era pedreiro, né? O quadro eu fiz de cimento na parede, aí, tinha essa tinta aqui que eu não sei o nome dela, e pintava com essa tinta mesmo aqui... E, aí, escrevia no quadro à vontade. Era eu mesmo que fazia, agora a dificuldade para dar assistência a esses meninos. Eu fiz uma fossa pra esses meninos, porque num tinha banheiro. Essa escola se criou aqui dentro dessa sala, e como o número de menino era grande, nós iapradebaixodos pé de manga. E lá eu botava uma mesa e banco pra estes meninos, e ia ensinar lá porque ele não tinha espaço suficiente. Aí, vieram os padres e construíram esse galpão, entre esse grupo e essa capela, vixe, Maria!Aí, melhorou demais, e minha esposa fazia a merenda debaixo desse pé de manga bem aqui. Mas ela não ganhava nada, não, fazia pra me ajudar. [sic] (Francisco Oliveira, Piripiri)<sup>75</sup>.

Nas décadas de 40 a 60, a secretaria de educação recebeu recursos para a construção de escolas no meio rural em convênio com o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), todavia, estes recursos não foram suficientes para suprir a real necessidade de construção de prédios escolares tanto no meio rural quanto urbano<sup>76</sup>. Na dissertação de mestrado de Sousa Sobrinho sobre a educação rural em campo maior na década de 80, o autor retrata a precariedade que subsistia nas escolas isoladas do interior do município:

A grande maioria dessas escolas (63%) funciona em locais construídos para fins não escolares, como residência da professora (49%), salão ou armazém (14%). ...piso de chão batido, sem janelas, paredes de adobe ou palha, cobertura de palha [...] o espaço destinado a sala de aula é a varanda ou sala de estar [...] de no máximo 2m x 3m. [...] A água para beber é a do pote da casa da professora oriunda de açude ou riacho (sendo) insuficiente para atender aos alunos. [...] Em todas as escolas visitadas predominam bancos sem encosto [...]. As características apontadas são próprias não só das escolas observadas, como de todas as escolas isoladas do interior deste município [...].<sup>77</sup>

<sup>75</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. *loc. cit.*, p. 69.

<sup>76</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 79. *apud.*,BRASIL, **Comparações Básicas**. Relatório EDURURAL, nº 4, 1982. p. 20.

<sup>77</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 83. *apud.*,SOUSA SOBRINHO, Antônio Ferreira de Sousa. **A Escola Rural de Campo Maior:Um estudo de caso**. 1983, 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, 1983.

A imagem a seguir retrata uma escola isolada no interior de Piripiri, refere-se a uma escola multisseriada, que quer dizer uma escola ou turma em que alunos de diferentes séries (anos) são ensinados na mesma sala de aula por um único professor. Nesta, pode-se observar que a dimensão dos alunos é bem diversificada, nas cadeiras da frente ficam os mais novos, enquanto os que estão no fundo da sala já são os mais velhos.

**Imagem 6**<sup>78</sup>: Escola Isolada de Brasileira – Piripiri.



Fonte: Arquivo de Maria do Socorro Santana (2010). Piripiri, 1970.

Na imagem, pode-se verificar como o ambiente não era confortável, pois o tamanho da sala era pequeno para a quantidade de alunos, e as cadeiras insuficientes. Segundo o relatório da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), as escolas unidocentes (que possuíam apenas um professor) e multisseriadas, estiveram presentes fortemente nas décadas de 1970 e 1980 no Piauí, elas foram “[...] um fenômeno absolutamente comum e normal em educação nas áreas rurais onde [era] necessário distribuir os poucos recursos para atender a demanda escolar<sup>79</sup>.

Dessa forma, nos discursos oficiais ter escolas com esses modelos não era considerado um problema, mas sim uma alternativa para resolver as dificuldades encontradas na educação. A imagem a seguir, se trata de um grupo escolar rural no interior de Amarante, pode-se notar a sua simplicidade, assim como esta, as escolas rurais possuíam somente um

<sup>78</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. *loc. cit.*, p. 84.

<sup>79</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 100. *apud.*, PIAUÍ, SEDUC, **Classes Multisseriadas**. Processo Metodológico. 1988, p. 11.



cômodo, e de um tamanho pequeno para comportar os alunos, como podemos verificar na imagem anterior.

**Imagem 7<sup>80</sup>:** Escola Grupo Rural Amarante.



Fonte: PACHECO, 2014.

Através desses relatos, pode-se verificar as dificuldades que permearam a educação rural no Brasil e no Piauí por muitas décadas. Problemas desde infraestrutura, quadro administrativo, pedagógico e em todas as esferas desta educação. Apesar das tentativas do governo de investir na educação rural, buscando o seu desenvolvimento através do conhecimento técnico, e do aumento da produção; a população do campo foi se deslocando cada vez mais para as cidades, pois, a educação implantada no rural, era apenas uma extensão do ensino das zonas urbanas, só que de uma qualidade inferior, e em um ambiente com menos atratividades e oportunidades que a cidade. Desta forma, os planos do governo para conter o êxodo rural e desenvolver uma educação tecnicista no campo não alcançaram seu objetivo por muito tempo. No capítulo um foi mencionado a respeito do movimento por uma educação do campo no Brasil, o próximo tópico trará informações de como se iniciou este movimento no Piauí, suas primeiras ações e objetivos.

### 3.2. ESCOLAS DO CAMPO NO PIAUÍ

<sup>80</sup>GONÇALVES, Marli Clementino. 2015. p. 92. *apud.*, PACHECO, José Teixeira. **Bizinha, Um Legado Vivo da Cultura de Amarante**. 2014. p. 220.

Apesar dos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, os quais asseguram a educação como um direito de todos, em igualdade de condições e políticas educacionais direcionadas aos sujeitos, “há no Piauí o aprofundamento do processo de exclusão dos povos do campo<sup>81</sup>”. Assim como o processo educacional piauiense aconteceu com atraso e de forma desigual e precária para as populações rurais, a inserção do movimento da educação do campo no estado também ocorreu com atraso quando comparado a outros estados, bem como as suas iniciativas no estado as quais contam com poucas ações.

Com a vitória eleitoral do Partido dos trabalhadores para governador do Estado do Piauí no ano de 2002, os movimentos sociais viram um ambiente favorável nesse quadro a dar início às ações da educação do campo no estado. Uma das primeiras ações do movimento da educação do campo no Piauí ocorreu neste mesmo ano, tratou-se de um encontro estadual realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Segundo Lucineide Barros, este encontro contou com vários grupos da frente deste movimento:

Foi realizado o I Encontro Estadual por uma Educação do Campo, promovido pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, MST/PI, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí - FETAG/PI, Escola de Formação Paulo de Tarso – EFPT, contando com a participação de 260 pessoas dos movimentos sociais, assentamentos, SEDUC, EFAs, Movimento de Pequenos Agricultores – MPA e INCRA.<sup>82</sup>

Neste encontro os representantes do movimento apresentaram ao secretário de educação do estado à ideia da criação de uma coordenação de educação do campo, mas a criação de fato da mesma ocorreu somente no ano de 2003, o principal objetivo desta pasta era a construção de políticas públicas de educação do campo. O movimento tem realizado Curso de formação de educadores da Reforma agrária, formação para professores do Sistema Público do Ensino, Escolarização de jovens e adultos da Reforma Agrária, dentre outras ações, estes projetos, foram realizados com o apoio de vários órgãos, tais como: movimentos sociais MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF/PI; pelo Estado, INCRA, SEDUC e Instituto Superior de Educação Antonino Freire – ISEAF<sup>83</sup>. Segue uma tabela que traz as atividades do movimento por uma educação do campo no estado do Piauí, contendo as principais ações, lutas e conquistas já realizadas nestas décadas.

---

<sup>81</sup>SANTANA, Jullyane Frazão; MEDEIROS, Lucineide Barros; GONÇALVES, Marli Clementino. **O direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB. FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n.29, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-103676>. Acesso em 17 jun. 2025. p. 1.

<sup>82</sup> MEDEIROS, Lucineide Barros. 2014. *loc. cit.*, p. 211.

<sup>83</sup> MEDEIROS, Lucineide Barros. 2014. *loc. cit.*, p. 212.



**Tabela 7<sup>84</sup>:** Ações da educação do campo no Piauí.

ANO/ PERÍODO	AÇÃO	SITUAÇÃO
1995	Criação da Unidade Escolar Agenor da Silva	Escola em atividade
1995	Criação da Escola Municipal Amadeus Carvalho	Escola em atividade
1998	Realização das movimentações nacionais em torno do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Em processo
1999-2003	Realização do Projeto de Escolarização em parceria com os movimentos sociais do campo MST/FETAG e instituições públicas UFPI/SE-DUC	Concluído mais de 1.200 concludentes
2002; 2008	Aprovação das resoluções que instituem diretrizes Operacionais de Educação para as escolas de campo no Piauí	Em processo
2003/2004	Criação da Supervisão de Educação do Campo na SEDUC/PI	Em atividade, transformada em Coordenar no ano de 2023
2004	Construção da primeira escola de Ensino Médio completo em área de assentamento (U. E Paulo Freire), no Assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí	Concluída e atividade até os dias atuais.
2004-2007	Formação de duas turmas no Curso de Magistério, na parceria envolvendo o PRONERA, SEDUC/PI, ISEAF, FETRAF e MST	Concluído (86 concludentes)
2006-2010	Realização do Curso Técnico em Agropecuária com o apoio do PRONERA.	Concluído (42 concludentes)
2006-2013	Realização do Curso Arte/educação (nível superior), na parceria envolvendo UFPI, INCRA/PRONERA, MPA e MST	Concluído (36 concludentes)
2007	Construção de nove pequenas unidades escolares de nível médio em nove áreas de assentamento acompanhadas pelo MST/PI	Sete continuam em atividades, e duas foram fechadas.
2008	Inserção de gestores, coordenadores, secretários e serviços gerais nas escolas de assentamento acompanhados pelo MST, indicados e aprovados pelas comunidades	Mais de 60 profissionais da educação de áreas de assentamento indicadas e inseridas em 09 escolas do campo.

<sup>84</sup>APIAIM, Adilson de. **O desafio da Política Pública de Educação do Campo nas escolas de assentamento da reforma agrária no Estado do Piauí.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Piauí – UESPI, programa de Pós-Graduação em sociedade e cultura, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2024. p. 103 e 104.

ANO/ PERÍODO	AÇÃO	SITUAÇÃO
2009-2011	Formação de cinco turmas de jovens no ensino fundamental (técnico) pelo Programa Saberes da Terra, do Governo Federal em parceria com a SEDUC/PI.	Concluído (70 concludentes)
2010	Criação do Centro Estadual de Educação Profissional – Francisca Trindade (CEEPROFT) (primeira escola técnica no campo)	Paralisada. Várias turmas <sup>54</sup> de agroindústria, zootecnia e agricultura foram formadas
2012	Instituição do Programa de Apoio as Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO/MEC (4 cursos de graduação em ciências da natureza em quatro campi da UFPI, Floriano – Teresina – Bom Jesus e Picos.	Em atividade, com 240 ingressantes por ano distribuídos nos quatro campi da UFPI
2013/2014	Realização do Curso de Especialização em Educação Contextualizada no Semiárido na perspectiva da Educação do Campo	Concluído (46 concludentes)
2013-2015	Realização da Especialização “Educação do Campo no Piauí e desafios da implementação da política”, na parceria envolvendo CNPq, MDA/INCRA, UESPI, FETRAF, MPA, MST	Concluído (29 concludentes)
2014 – 2023	Realização de três cursos de Graduação na Universidade Estadual do Piauí (Pedagogia da Terra, Geografia da Terra e Bacharelado em Agronomia), na parceria envolvendo o PRONERA/INCRA, UESPI, CPT e MST	Concluídos (aproximadamente 140 concludentes)
2015	Aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei 6.651, em 14 de abril de 2015, que institui a Política Estadual de Educação do Campo no Piauí	Aprovada, mas sem indicativos de implementação

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir deste quadro é possível notar que as ações realizadas no Piauí por meio deste movimento são poucas, praticamente só uma ação por ano. O que tem dificultado a implantação deste projeto no País e no Piauí? Pode-se verificar que no ano de 2007 foram construídas nove novas pequenas unidades escolares em áreas de assentamento, no ano de 2023 duas já haviam sido fechadas, restando apenas sete, a primeira escola técnica criada no ano de 2010 também teve suas atividades e cursos paralisados. Estes desmontes são reflexos do que os habitantes do campo passam, a exclusão. Ainda segundo Santana, Lucineide Medeiros e Marli Gonçalves (2020):

Tal processo aprofunda a exclusão social e educacional do território rural camponês e de seus habitantes. Processo este que não é novo, porque integra o modo de desenvolvimento capitalista, predominantemente dinâmico social, pois a sociedade capitalista é, em si mesma, excludente, constituindo-se como mecanismo para assegurar a

desigualdade, sem a qual não é possível maximizar riquezas para um setor da sociedade<sup>85</sup>.

Logo, muitas escolas do campo, tanto nas séries iniciais como no ensino médio, têm encontrado dificuldades para se desenvolverem, ou pelo menos, continuarem com as portas abertas, como é possível ver na tabela a seguir:

**Tabela 8<sup>86</sup>:** Número de Escolas que ofertam Educação Básica na zona rural no Piauí nas redes de Ensino Municipal e Estadual.

ANO	MUNICÍPIO	ESTADO	TOTAL
2008	4.759	61	4.820
2009	4.524	60	4.584
2010	4.524	61	4.285
2011	4.010	60	4.070
2012	3.850	57	3.907
2013	3.437	53	3.490
2014	3.080	54	3.134
2015	2.794	67	2.863
2016	2.655	66	2.721
2017	2.442	68	2.510
2018	2.183	68	2.251
2019	1.988	67	2.055

**Fonte:** Compilado pelas autoras Medeiros, Santana e Gonçalves (2020), com base nos dados elaborados pelo Laboratório de Dados Educacionais, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2007-2019.

Nesta tabela é possível verificar a grande queda que vêm acompanhando o número de escolas na zona rural, em 2008 eram 4.820 escolas, no ano de 2019 esse número caiu para 2.055, o número de escolas reduziu em mais da metade, em 11 anos foram fechadas 2.765 escolas localizadas no meio rural no estado do Piauí. Tais fenômenos que vêm acontecendo no campo se dão por diversos fatores, tais como: diminuição da população, decisões governamentais e falta de disponibilidade de recursos financeiros. Essa queda, todavia, não atingiu as escolas estaduais, em 2008 havia 61 escolas e em 2019, 67.

A seguir trarei informações a respeito de uma pesquisa feita em algumas escolas por Adilson Apiaim em sua tese de mestrado intitulada “O desafio da Política Pública da educação do campo nas escolas de assentamento da reforma agrária do Estado do Piauí”, esta obra permiti analisar a realidade de algumas escolas de ensino médio do Estado e se de fato o projeto do movimento da educação do campo colocou-se em prática.

<sup>85</sup> SANTANA, Jullyane Frazão; MEDEIROS, Lucineide Barros; GONÇALVES, MarliClementino. 2020. *loc.cit.*, p. 8.

<sup>86</sup> APIAIM, Adilson. 2024. *loc.cit.*, p. 105.

As duas escolas que trarei estão localizadas em área de assentamento na zona rural, a primeira escola é Unidade Escolar Paulo Freire, no Assentamento Marrecas, localizado a 35 km da sede do município de São João do Piauí. Ela possui 20 anos de existência, tendo sido resultado da luta de camponeses por uma escola para os assentados e moradores das proximidades. Possui 50 alunos matriculados frequentes. No que diz respeito ao quadro de professores, o quadro atual conta com 8 docentes, cabe ressaltar na pesquisa feita por Adilson Aipim<sup>87</sup> que o mesmo afirma que o MST reivindicou diversas vezes junto ao Estado que os profissionais que lecionam nestas escolas do campo deveriam passar por um teste ou concurso público específico para atender as demandas singulares destas escolas, todavia sem sucesso na petição, dessa forma, na atualidade os professores que trabalham nestas localizações são aprovados através do mesmo concurso público que aprova os professores para zona urbana. Outrossim, o quadro de funcionários da administração, gestão e serviços gerais passa por uma votação realizada coletivamente pela comunidade.

**Imagem 8<sup>88</sup>** Unidade Escolar Paulo Freire.



**Fonte:** Arquivo pessoal (2023).

Sobre a equipe gestora, projeto político pedagógico, planejamento e avaliações, Adilsom Apiaim, traz as seguintes informações:

A equipe gestora é formada por uma diretora da escola, uma coordenadora pedagógica, um secretário e um auxiliar administrativo, conforme já destacado, todos indicados e aprovados pela organização do Assentamento junto ao setor de educação do Movimento Sem Terra. Os professores pertencem ao quadro efetivo ou ao quadro provisório seletista, realizado pela SEDUC. O projeto político pedagógico da escola Paulo Freire foi elaborado com a participação da comunidade; os planejamentos de ensino são realizados mensalmente; e as avaliações são mensais e bimestrais. A unidade

<sup>87</sup>APIAIM, Adilson. 2024.*loc.cit.*, p. 117.

<sup>88</sup>Ibid., p. 118.

escolar atende a alunos/as vindos/as de quatro comunidades circunvizinhas camponesas – Curral Velho, Capim Grosso, Alto Belo e Marrecas.<sup>89</sup>

No que diz respeito a sua origem é importante ressaltar que esta escola é fruto de lutas incansáveis do MST, os camponeses sem-terra ocuparam essa região na madrugada do dia 10 de junho de 1989, eles tinham o objetivo de ocupação da terra improdutiva para a reforma agrária e produção de alimentos. No ano seguinte, já iniciaram a luta por um projeto educacional para seus filhos. Roseli Caldart fala sobre a importância da educação para o crescimento do MST e de cada sujeito:

[...] o MST incorporou a escola em sua dinâmica, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer; e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, com parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeito.<sup>90</sup>

A princípio, os próprios acampantes que foram chamados pela organização da educação no acampamento, que não possuíam formação para a docência, ensinavam as crianças ou adultos. Nos documentos da origem da escola, consta que ela a princípio funcionava em um antigo galpão da fazenda e só ofertava o ensino fundamental, em relação ao ensino médio este foi ofertado a primeira vez no ano de 2003, somente 12 anos após a fundação do assentamento, ofertando primeiramente apenas o 1º ano no período noturno.

Nos anos subsequentes (2004 e 2005), foram abertas turmas de 2º e 3º ano e aumentado o número de professores, e foi concluída assim a primeira turma de Ensino Médio (composta pela maioria por mulheres mães de família). Em 2005, o Assentamento Marrecas conquistou a estrutura da escola, que foi executada conforme o Projeto Escola Ideal. Esta obra deu-se o início em 20 de agosto de 2004 e foi inaugurada em 18 de junho de 2005. A estrutura da escola só foi possível conseguir com muitas lutas, negociações e abaixo assinados e com muita participação da comunidade e do conjunto da organização social do MST<sup>91</sup>.

Outra escola que iria trazer é a Unidade Escolar Lucas Meireles, sua localização é no assentamento 17 de abril, na capital Teresina. Fica a 9km de distância do centro do povoado

---

<sup>89</sup> Ibid., p. 118.

<sup>90</sup> APIAIM, Adilson. 2024. p. 122. *apud.*, CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo. Verbetes do Dicionário da Educação do Campo. EPSJV/Expressão Popular**, p. 257-265, 2012. p. 229.

<sup>91</sup> APIAIM, Adilson. 2024. p. 123. *apud.*, SÃO JOÃO DO PIAUÍ (Município). **Unidade Escolar Paulo Freire. Projeto Político Pedagógico**. São João do Piauí: UEPF, 2022. p.



chapadinha sul, e a 3km e 800 metros da entrada da BR 316. Ela funciona nos períodos vespertino e noturno, possuindo um número de 150 estudantes, oriundos de pequenas comunidades. Segundo Adilson Apiaim<sup>92</sup> os estudantes são geralmente empregados sem carteira de trabalho assinada, prestadores de serviços temporários nas chácaras e sítios da região, às vezes vivendo de agregados.

:

**Imagem 9<sup>93</sup>** - Unidade Escolar Lucas Meireles.



**Fonte:** Arquivo pessoal – Adilson de Apiaim (2013).

A escola tem lutado para conseguir o ensino infantil no período da manhã, pois a escola mais próxima para as crianças fica a 9 km no povoado da chapadinha sul. Até o ano de 2022, antes de acontecer a reforma do estabelecimento, a escola passou por uma série de lutas e obstáculos, pois até esse ano o teto e as repartições das salas eram feitos com palha de coco babaçu, conforme é possível verificar na imagem<sup>94</sup> a seguir:

**Imagem 10<sup>95</sup>**- Primeiras instalações da U. E. Lucas Meireles - sala de aula da EJA ano de 2011.

<sup>92</sup>Ibid., p. 140.

<sup>93</sup>APIAIM, Adilson. 2024.*loc.cit.*, p. 138.

<sup>94</sup>Ibid., p. 138.

<sup>95</sup>Ibid., p. 141.



Na imagem acima é possível verificar como se trata de um ambiente muito simples, desde o chão, paredes, recursos. No ano de 2011, uma aluna escreveu um cordel chamado “o barracão” para falar da sua vida neste ambiente que a escola possui anteriormente:

Pra ficarmos felizes de coração / Precisamos sair do barracão / Lá aparece cobra, até escorpião / No fim da tarde vem agonia do imenso calorão / Desse jeito não tem condição de gerar educação / Permanecendo nesse barracão... / O clima lá não é bom não / Quando chove e vem aquele temporão / Nós corremos pro saguão / Estamos realmente sem proteção / Quando não é a chuva é aquele solzão / Eu, você! Precisamos de atenção / Chega de mensalão / Queremos é proteção / Sabemos que a escola é nosso império / Nossa casa, nosso chão / É o pão que alimenta, o mais simples cidadão / De lá se tira uma honrada profissão / Mas, não dá pra esperar por eleição / Por favor, é urgente, tirem nós do barracão<sup>96</sup>!!! [sic]

Contudo, essa realidade passou por mudanças a partir do ano de 2023. A escola teve uma reforma, no ano de 2023, ela possuía seis salas de aula, uma biblioteca, sala de direção, coordenação pedagógica e secretaria escolar, um pátio, quatro banheiros. A instalação de ar-condicionados aconteceu no final do ano de 2022. Sobre o quadro de funcionários, o autor traz o seguinte:

A Unidade Escolar Lucas Meireles, em 2023, contava com 13 docentes, uma diretora, um coordenador pedagógico, uma secretária, dois vigias, duas zeladoras e uma merendeira, no total, oito funcionários ligados diretamente à estrutura administrativa, de gestão e de manutenção/conservação do espaço. Todos esses servidores são indicados e selecionados pela própria comunidade, e contratados pelo Estado, com apoio e acompanhamento do setor de educação e direção do MST/PI. A estrutura física da escola é composta por uma sala usada como biblioteca e multimídia, seis salas de aula, uma sala de direção, sendo que uma das salas de aula foi dividida em três partes, uma sendo específica para a secretaria da escola, outra de coordenação pedagógica e uma terceira sala de professores, estas últimas adaptadas no final de 2022<sup>97</sup>.

<sup>96</sup>APIAIM, Adilson. 2024.*loc.cit.*, p. 142.

<sup>97</sup>Ibid., p. 140.

Ainda neste mesmo ano, a quadra poliesportiva encontrava-se nas fases finais de sua construção, acompanhada de novos vestiários femininos e masculinos, ademais, dois novos banheiros de acessibilidade e seis salas que recebiam climatização. Pode-se verificar que esta escola recebeu uma estrutura diferenciada da anterior, e de outras escolas do campo.

Agora, saindo do quesito estrutura, voltando os olhos para a real intenção do movimento da educação do campo, será que essas escolas estão realmente com projeto de escola diferente das escolas da zona urbana? Segundo a Coordenação do Campo da SEDUC, não está havendo efetividade da educação do campo no Piauí. E quais são os motivos que impedem a prática deste projeto? A falta de estrutura e recursos financeiros são grandes obstáculos nesta concretização, além disso, segundo a SEDUC no Estado tem lei, mas não tem diretrizes que orientem um currículo para escolas do campo.

Outro problema que vem dificultando a prática de atividades organizadas para este ensino, é a falta de flexibilidade e diálogo entre as entidades responsáveis pelo planejamento escolar do Estado, por exemplo, o foco do a coordenação do campo e Gerência de Educação e Diversidade não vem participando do planejamento estratégico, o foco ensino é o IDEB, logo, o Estado envia um calendário pronto com atividades para todas as escolas, não há como questionar esse calendário porque as questões mais importantes para eles já estão todas planejadas, e é o mesmo calendário para escolas da zona urbana ou rural.

Dessa forma, mesmo que as escolas em áreas de assentamento tenham seus respectivos gestores, em parte, integrantes das comunidades e formados nos marcos da política de Educação do Campo, forjados nos movimentos sociais, esses não conseguem influenciar a construção da política conforme constituída nos processos de criação da Educação do Campo, analisados neste trabalho, seja em âmbito estadual ou federal. Por mais consistente e inovadora que seja, não alcança todos os caminhos apontados pelas organizações sociais do campo. Verifica-se que há um longo caminho a ser percorrido em sentido contrário ao conjunto de contradições colocadas entre a política proposta, a política de fato, que, nesse caso, não é do estado, mas do Movimento Por uma Educação do Campo, e a política em uso, contida nos textos oficiais e a política de fato, nos termos de Mainardes (2018). No caminho entre a política de fato e a política em uso, os processos sofrem outras alterações políticas, ideológicas e administrativas, que retiram a 179 condição inicial de política proposta<sup>98</sup>.

No Estado do Piauí a educação do campo possui um longo caminho a percorrer, até se ter de fato aquele modelo de educação dispostos nas leis que garantem uma educação voltada para a singularidade dos povos do campo, onde há o respeito pelas épocas de plantio, um

---

<sup>98</sup>APIAIM, Adilson. 2024.*loc.cit.*, p. 178.



calendário que se adeque as suas peculiaridades, dentre outros. No Piauí a prevalência do currículo escolar da escola urbanizada ainda é uma realidade, outro problema a ser mencionado, é a falta de formação para profissionais que trabalham nas escolas do Campo e o conhecimento sobre este movimento por parte de pessoas que trabalham nas gerências de educação, muitos não têm conhecimento do que de fato é este projeto, logo, como muitos que estão a frente da educação do Estado não possuem consciência deste movimento, não é esperado um crescimento da educação do campo no Piauí em um breve espaço de tempo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio desta pesquisa, foi possível verificar que a educação rural ou do campo é uma temática que visa analisar a educação direcionada às pessoas que viveram ou vivem na zona rural. Em contrapartida, há a educação das zonas urbanas, onde há uma maior demanda de estudantes, escolas e uma maior preocupação do governo. No início do Século XX, a partir do ano de 1930, o governo vai começar a olhar mais diretamente para esta educação, em um primeiro momento esta preocupação advém do medo do desconhecido. Presentemente, o processo industrial está ganhando força e, para conter um colapso que se daria por um grande processo migratório do campo para a cidade, por conta de que as cidades não estavam preparadas para receber esta alta demanda, o governo irá tomar providências. O Governo atuará junto aos pedagogos ruralistas, os quais são um grupo de pessoas que não apoiam este movimento de saída dos habitantes da zona rural, por afirmar que estes eram à base do País, eles tinham uma visão tradicional nacionalista de não acompanhar exclusivamente a alta tendência da industrialização, mas conservar as atividades que predominavam desde o início que eram as atividades de agricultura e pecuária.

Contudo, com os poucos investimentos na educação, esse ideário de conservar os habitantes do campo nesse espaço com o tempo foi se enfraquecendo, diante das oportunidades de empregos, facilidades disponíveis nas cidades. Uma grande crítica que havia na educação do campo era a de que até os professores que havia neste espaço eram da cidade. Como eles iriam defender e influenciar os alunos a desejarem permanecer neste habitat se até eles próprios não possuíam residência ali? Mas até os salários destes eram menores que os da cidade. A atividade no campo era vivenciada em muitos casos por não haver outra oportunidade de emprego melhor. É possível verificar nesta situação que, apesar

do governo temer o colapso de enchimento das cidades, estes não fizeram investimentos no campo, mas sim nas cidades, pois estas cresciam de maneira exorbitante.

A aprovação da primeira LDB<sup>99</sup> no ano de 1961, trouxe uma luz para os habitantes da zona rural, pois a partir desta houve uma maior preocupação com os sujeitos que moravam no campo, todavia, mesmo com algumas melhorias, os problemas que existiam neste habitat ainda eram muitos. Após a volta da democracia após a ditadura militar, frentes que tinham o desejo de lutar por uma melhor educação para os camponeses se uniram para buscar uma educação que fosse específica às necessidades destes sujeitos. É a chamada hoje educação do campo, porque segundo os defensores deste movimento, o termo campo é mais plural, se refere a qualquer outro povo que não resida nas cidades.

Nesta nova projeção de ensino, o Movimento Sem Terra (MST) atuará à frente desta luta por melhores condições educacionais para os assentados e moradores do campo. Os primeiros passos para a construção desta educação ocorreram por meio de um encontro para definir os objetivos. Após encontro alguns programas foram anexados a luta, como o Pronera que já existia anteriormente, mas era exclusivo da reforma agrária, agora este também ficará responsável pela educação, cujos principais objetivos eram: diminuição na taxa de analfabetismo, aumentar índice de escolarização e profissionalizar os educadores do campo. Além deste, outro programa que revolucionou este segmento foi o Procampo, que visa à oferta de licenciatura do campo nas universidades. Este programa foi uma das pautas de luta do movimento por uma educação do campo, pois agora os profissionais que iriam para as escolas do campo seriam capacitados e orientados conforme a pauta deste movimento, que busca uma educação adaptada às vivências dos sujeitos do campo.

Pode-se concluir com a pesquisa que o Estado do Piauí permaneceu por um longo tempo com uma educação defasada. Até o ano de 1970, a maioria da população piauiense habitava na zona rural, somente a partir da década de 90 que este quadro vai mudar. Por um longo período as pessoas residiram predominantemente na zona rural, contudo, a educação rural do Estado só foi receber um maior investimento do governo a partir do final da década de 70, que ocorreu por meio dos programas criados em parceria com os municípios, estados, entidades privadas nacionais e internacionais. Estes projetos visavam aumentar os níveis de alfabetização e escolaridade dos habitantes da zona rural, acrescentando a isso o ensino técnico que permitiria a estes utilizar os novos equipamentos disponíveis para o trabalho da terra e aumentar consequentemente a produção.

---

<sup>99</sup>BRASIL. Senado Federal. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.2017.

As escolas funcionando na casa dos professores estiveram muito presentes no Piauí. Nos depoimentos dos professores é possível notar as inúmeras dificuldades que estes enfrentavam para manter esse ambiente educacional, muitos deles davam aula embaixo de árvores, faziam os bancos manualmente, quadro de cimento. Pode-se verificar o grau de desejo de muitos professores em espalhar o conhecimento, o recurso advindo do governo não dava para sanar todas as dificuldades presentes. A superlotação da sala de aula com alunos de diferentes faixas etárias e graus de ensino também era muito comum nestes ambientes de educação. Além destas dificuldades, havia muitas escolas com apenas um professor para dar conta de vários alunos. Pode-se ressaltar que estes professores foram grandes guerreiros em sua luta por levar o conhecimento para vários alunos, mesmo diante de tantas adversidades.

No que se refere ao movimento da educação do campo no Piauí, este possui poucas iniciativas. O que se pôde analisar deste projeto de ensino no Estado é que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um problema que as escolas do campo vêm enfrentando é o fechamento destas, isso é reflexo da diminuição da população presente no campo, acrescido da falta de investimento do governo. As escolas de ensino médio localizadas em áreas de assentamento, analisadas pela pesquisa evidenciam essa realidade, são escolas que possuem um currículo igualmente as escolas da cidade, professores, coordenadores das Gerências de educação que não possuem um conhecimento detalhado desta proposta de ensino. Apesar da UFPI já ofertar Licenciaturas do Campo, os professores que compõem os quadros destas escolas são professores que não têm essa formação específica, nem ao menos possuem uma capacitação para estas escolas, as quais são uma solicitação constante das pastas da educação do campo.

Segundo trouxe Adilson Aipim, os movimentos sem-terra estiveram à frente da implementação destas escolas. A princípio, os educadores eram os que pertenciam ao próprio assentamento, mas após a organização escolar, à secretária de educação quem escolheu os profissionais. O MST juntamente com a comunidade escolhe os funcionários da administração, serviços gerais e gestão por meio de votação, mas os docentes são advindos de concurso público, o movimento já entrou com várias petições para mudar o quadro de professores, para estes serem qualificados para o campo, mas sem sucesso. Outro problema se refere a elaboração e práticas de trabalho para estas escolas, pois a secretaria de educação envia o mesmo calendário escolar para todas as escolas igualmente urbana e do campo, ele já vem cheio de atividades que não dão espaço para inserir um calendário como está disposto na

LDB, onde afirma que as escolas do campo devem ter um calendário adaptado a elas conforme o trabalho da comunidade, de colheita, plantio, dentre outros.

Esta pesquisa tratou de analisar o percurso da educação no meio rural, tanto de modo geral no Brasil, como em específico no Estado do Piauí. Por meio deste estudo, podem-se analisar alguns dos principais momentos que fizeram parte deste cenário educacional, como também principais defensores, teóricos de determinados momentos. Pode-se concluir, ademais, que a educação do campo em comparação com a da cidade está em desvantagem desde o surgimento destas escolas. As escolas dos centros urbanos estão disparadamente à frente em todos os quesitos, devido à falta de investimentos suficientes, organização, prática dos projetos. Por meio desta pesquisa, quis mostrar o momento em que sujeitos se levantam para lutar por uma educação rural de qualidade, quando estes começam a questionar o modelo de ensino que recebem, o qual não condiz com sua realidade.

Contudo, essa desigualdade que afeta as escolas do campo é um problema de origem social, econômica, cultural. É algo que foi se constituído desta forma por muitos anos, e no momento as tentativas de ser uma educação com sua própria singularidade não surtem os efeitos desejados para os sujeitos que estão nesta luta. Pelo contrário, há uma perpetuação do modelo de educação urbano-industrial que prioriza a cultura das cidades. Apesar da luta do movimento da educação do campo, de valorizar o ambiente do campo, não se pode negar que a realidade neste ambiente realmente é mais dificultosa, pois na cidade há mais oportunidade de crescimento, muitos jovens que desejam cursar uma graduação vão se deslocar aos centros urbanos para realizar este sonho. E após realizarem o mesmo, será que o campo vai ter mais oportunidades que a cidade para lhe oferecer um bom emprego? Indubitavelmente, o caminho que as escolas do campo estão tomando, não chama a atenção das novas gerações.

Dessa forma, busquei realizar um estudo mais voltado para essa mudança de perspectiva do que se tornará a educação rural, para tornar conhecido esse movimento que visa uma mudança completa nesta educação. Procurei destacar os programas que fizeram parte tanto do ensino rural, do novo contexto do campo e as leis que defenderam a educação rural ao longo dos anos. A partir desta pesquisa, outras possibilidades se abrem, como: Qual o movimento a ser tomado pelos defensores da educação do campo para superar as que crises este projeto vem enfrentando? Qual a resposta da comunidade ao fechamento das escolas do campo? Quais as condições de infraestrutura das escolas de educação infantil do campo?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCASTRE, José. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.
- APIAIM, Adilson de. **O desafio da Política Pública de Educação do Campo nas escolas de assentamento da reforma agrária no Estado do Piauí**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Piauí – UESPI, programa de Pós-Graduação em sociedade e cultura, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2024.
- ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um trovador nordestino**. 8ª ed., Petrópolis: Vozes/Crato: Fundação Pe. Ibiapina, 1992.
- AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BRASIL, Constituição Federal (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 14 de jun. 2025.
- BRASIL. Constituição Federal (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 14 de jun. 2025.
- BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Contendo as Leis Federais 9.394/1996 e Lei no 4.024/1961. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_led.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf). Acesso em: 14 jun. 2025.
- CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GONÇALVES, Marli Clementino. “**Eu era professora, era catequista, era enfermeira, eu era tudo!**”: A profissão docente no meio rural piauiense (1971-1989)”. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI, 2015.
- GOVERNO BRASILEIRO. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao#:~:text=Programa%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20na,de%20exist%C3%A2ncia%20da%20agricultura%20familiar>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- Governo Federal. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária – II PNERA**. Brasília, junho de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/pnera2pesquisaeducareformaagraria.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. INEP/MEC. Brasília, DF, 2007. p. 14.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, v. 1, n. 1, 2020.
- MEC. **Procampo**. 2009. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital\\_procampo\\_20092.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

- MEDEIROS, Lucineide Barros. Educação do campo e política educacional brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n. 2, p. 195-219, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/inde>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- MOREIRA, Anelize; Brasil de Fato. O Brasil perderá suas escolas rurais? **Outras Mídias**, 26 de março, 2019. Crise Brasileira. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-brasil-perdera-suas-escolas-rurais//>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Minas Gerais. Navegando Publicações, 2016.
- PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural: Diferenciais entre o rural e o urbano**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2021.
- PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995.
- SANTANA, Jullyane Frazão; MEDEIROS, Lucineide Barros; GONÇALVES, Marli Clementino. O direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n.29, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-103676>. Acesso em 17 jun. 2025.
- SILVEIRA, C.; MIRANDA, A. C. G. Tendências das pesquisas da Educação do Campo a partir da análise de publicações nos anais do ENPEC. **Revista InsignareScientia-RIS**, v. 2, n. 2, p. 76-99, 2019.
- SOUZA, Maurício. **Chico Bento 50 anos**. n.1. Editora Panini, 2012. Disponível em: <https://mundohq.com.br/cascao-e-chico-50-anos/>. Acesso em: 14 de jun. 2025.
- VASCONCELOS, Maria Celi. **A casa e seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro, Gryphus, 2005.